

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Superintendência Regional de São Paulo



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG - SP

SP - 2013

- Sumário

Lista de Siglas.....	4
Lista de Quadros.....	7
Introdução.....	9
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	11
1.1. Informações Gerais sobre a UJ.....	11
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	13
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	15
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	15
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	20
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	23
3.1. Análise das Principais Ações Ligadas à Compra e a Subvenção.....	23
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	24
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	24
3.2.2. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	24
3.2.3. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	25
3.2.4. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	27
3.3. Principais Indicadores de Desempenho.....	33
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	37
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	37
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	38
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	38
4.2.2. Venda em Balcão.....	39
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	41
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	41
6.4. Principais Indicadores de Desempenho.....	42
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	42
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	42
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	48
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	49
7.4. Principais Indicadores de Desempenho.....	50
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	51
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	51
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	52
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	52
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	53
10.2. Análise dos principais resultados do Geosafra.....	53
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	54
11.1. Alocação de Servidores.....	54
11.2. Comunicação na Instituição.....	54
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	55
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	55
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	56
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	63
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	63
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL,	

FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	68
12.1. Programas e Ações do PPA.....	68
12.2. Restos a Pagar.....	71
12.4. Transferências mediante Convênio.....	72
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário	72
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	73
13.1. Controle Interno da UJ	73
Resultados e Conclusões.....	75
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	76

Relação de Siglas

AF – Agricultura Familiar	DIRAD- Diretoria de Administração
AGF - Aquisição do Governo Federal	DOU - Diário Oficial da União
AP - Abaixo do Padrão	DRT - Delegacia Regional do Trabalho
ATR – Autorização de Transporte	DIAFI – Diretoria Administrativa, Financeira e Fiscalização
BB - Banco do Brasil S.A.	EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
<u>BM&F</u> - Bolsa de Mercadorias & Futuros	EGF - Empréstimo do Governo Federal
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CAEAF - Compra Especial da Agricultura Familiar	FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral	FUNAI – Fundação Nacional do Índio
CDA – Cadastro de Armazém	FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar	GEARE – Gerência de Avaliação de Resultados
CEASA - Centrais de Abastecimento	GEASA – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
CFP – Companhia de Financiamento da Produção	GECAD- Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
CGU - Controladoria-Geral da União	GECAP – Gerência de capacitação e Desenvolvimento
SUPAD – Superintendência de Administração	GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Técnico
CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social	GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola	GEFIS – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
CMN - Conselho Monetário Nacional	GEFOP - Gerência de Folha de Pagamento
GESOF – Gerência de Engenharia de Software	GESUT – Gerência de Suporte Técnico
GEINT – Gerência de Informações Técnicas	GEHOR - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
GEOTE – Gerência de Geotecnologia	GEOPE – Gerência de Operações
GERAB – Gerência de Alimentos Básicos	GEPOR - Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GERAP – Gerência da Rede de Armazéns Próprios	GEMOV - Gerência de Movimentação de Estoques
COF - Coordenação de Orçamentos e Finanças	GEPRO – Gerência de Programação Financeira
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	GESAS – Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento	GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistorias dos Estoques Privados
COV – Com Opção de Venda	SUPAF – Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
CPL – Comissão Permanente de Licitação	IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
CPR – Cédula de Produto Rural	SUOFI – Superintendência de Orçamento e Finanças
DAP – Declaração de Aptidão	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e
DERAL – Departamento de Economia Rural	
DEST - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais	
DIPAI – Diretoria de Política Agrícola e Informações	
DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento	

Reforma Agrária	Familiar de produtos Básicos
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia	SAAGRA - Sistema de Administração
IBC – Instituto Brasileiro do Café	Quantitativa de Armazenagem de Grãos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SAS - Serviço de Assistência à Saúde
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia	SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	SEC- Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	SECOF – Setor Contábil e Financeiro
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo	SECOM – Setor de Operações Comerciais
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias	SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil
LOA - Lei Orçamentária Anual	SEDEM – Setor de Desenvolvimento Empresarial
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	SEGeo – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário	SEope – Setor de Operações
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	SEPAB – Setor de Programas Institucionais, Sociais e de Abastecimento
MF – Ministério da Fazenda	GECUP – Gerência de Custos de Produção
MOC - Manual de Operações da Conab	SEREH – Setor de Recursos Humanos
MP - Ministério de Planejamento	SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
NOC - Normas da Organização –	SFA - Superintendência Federal da Agricultura de SP
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
PAANET – Aplicativo da Conab para preenchimento das Propostas do PAA.	SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	SICAF - Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores
PDV Programa de Demissão Voluntária	SICARM – Sistema de Cadastro de Armazéns
PDVI - Programa de Demissão Voluntária Incentivada	GEIMP – Gerência de Imprensa
PEB - Prêmio para Escoamento da Borracha	SINTEG - Sistema de Controles Integrados
PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto	SPA – Secretaria de Política Agrícola
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor	SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
GEFIT – Gerência Fiscal e Tributária	SPC - Secretaria de Previdência Complementar
PGPAF – Preços de Referência para a Agricultura Familiar	SPU - Secretaria de Patrimônio da União
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos	SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças
PROGE – Procuradoria Geral	STN - Secretaria do Tesouro Nacional
PROHORT – Programa Brasileiro de modernização do Mercado Hortigranjeiro	SUREG - Superintendência Regional
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	SUARM – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
PROP - Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda	SUCON – Superintendência de Contabilidade
PRORE – Procuradoria Regional	SUFIN – Superintendência Financeira
PTRES – Programa de Trabalho Resumido	SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio	

SUGOF – Superintendência de Gestão da Oferta
SUIINF – Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMAJ - Subprocuradoria de Matéria Judicial
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE – Superintendência de Operações
SUPAB – Superintendência de Abastecimento Social
GEFOC- Gerência Formação/Controle Estoques
SUPOR – Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG – Superintendência Regional
SUREH – Superintendência de Recursos Humanos

SUTIN – Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU - Tribunal de Contas da União
GEPIN – Gerência de Promoção Institucional
UA – Unidade Armazenadora
UC – Unidade de Comercialização
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VEP - Valor de Escoamento de Produto
xFAC - Sistema de Faturamento e Controle dos Estoques Público
GEPL - Gerência Planejamento Estratégico
GESIN – Gerência de Sistemas de Informação

Lista de Quadros

1	Contratos de prestação de serviços de limpeza/higiene e vigilância ostensiva	18
2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	18
3	Demonstrativo dos Processos Licitatórios	19
4	Serviços Análogos ao da Conab	21
5	Serviços que geram receitas próprias na UJ	22
6	Demonstrativo de Comercialização de PEP	24
7	Maiores Arrematantes das Operações de PEP de Laranja, por Valor da Operação	25
8	Demonstrativo de Comercialização de PEPRO -	26
9	Dez Maiores Operações de PEPRO de Laranja - São Paulo -2012	26
10	Dez Maiores Operações de PEPRO de Trigo - São Paulo -2012	27
11	Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)	28
12	Aquisições por meio da CPR-Doação Simultânea (MDS e MDA)	29
13	Aquisições por meio de CPR-Estoque	30
14	Quantidades e recursos dispendidos por modalidade	32
15	Maiores operações na CDAF	32
16	Dez maiores operações na CPR-Doação	32
17	Dez maiores operações na CPR-Estoque	33
18	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	38
19	Maiores operações de Vendas em Leilão Público	39
20	Volume físico e financeiro por tipo de produto	39
21	Maiores operações de Vendas em Balcão	40
22	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	40
23	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	41
24	Resultado dos Serviços de Armazenagem	42
25	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	43
26	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	44
27	Produtos Agrícolas (Estoque Público) Armazenados em Armazéns Contratados	45
28	Despesas com Custeio realizadas nas Unidades Armazenadoras	46
29	Armazéns Próprios	46
30	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	47
31	Demonstrativo das Remoções Contratadas	49
32	Capacitação de Servidores	56
33	Lotação nas Unidades Armazenadoras Próprias e Sede	57
34	Força de Trabalho da UJ	57
35	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	58
36	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	58
37	Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária	59
38	Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade	59
39	Composição do Quadro de Estagiários	60
40	Composição do Quadro de Aprendizizes	60
41	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	61
42	Demonstrativo de Admissão e Demissão	61
43	Perspectivas de Aposentadoria e Estratégia de Recomposição de Pessoal	62
44	Ações orçamentárias da UJ	68
45	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	69

46	Restos a Pagar	71
47	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	72
48	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	73
49	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	73

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional de São Paulo, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o Exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

A CONAB possui uma Política de Gestão que está sendo aprimorada, tendo por base um Sistema de Gestão por Competências. Essa política visa ser um instrumento de direcionamento dos objetivos organizacionais da Companhia.

Assim, diante dessa reestruturação, algumas dificuldades foram encontradas pela Sureg/SP, para atingir os objetivos traçados durante o Exercício de 2012 - falta de estrutura física/pessoal da nossa Superintendência; a desatualização normativa e a sua disponibilização em Circulares e Comunicados e a falta de padronização de procedimentos para todas as Superintendências.

Importa ressaltar, ainda, a falta de orçamento e consequente disponibilização de recursos para a realização da fiscalização da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, atividade de fundamental importância para acompanhamento e avaliação do programa.

Apesar das dificuldades apontadas, a Sureg/SP procurou desenvolver ações com foco na melhoria de gestão. A sistematização de dados e informações bem como a implantação e análise de Indicadores de Desempenho contribuirão sobremaneira para essa finalidade. Esses trabalhos somam esforços à retomada do Planejamento Estratégico pela Conab/Matriz que, ao revisar as metas diante de novos cenários, definirá os rumos e atuação da nossa Empresa.

Alfredo Luiz Brienza Coli
Superintendente Regional da CONAB/SP

A seguir, estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012, que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
4.3	Principais Indicadores de Desempenho	Não foram implementados
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.1	PROHORT	A Sureg/SP não realizou esta operação
5.2	REFAP	A Sureg/SP não realizou esta operação
5.3	Principais Indicadores de Desempenho	Não implementados por falta dessas Operações
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ. A informação será apresentada somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
10. Geração e Difusão de Informações		
10.1	Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil	A Sureg/SP não realizou esta operação
10.2	Análise dos Principais Resultados do Geosafra	A Sureg/SP não realizou esta operação
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas	A Sureg/SP não realizou convênio/termo de cooperação individual
12.5	Demonstrações Contábeis	Vide ANEXO I – folha 76
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Audidores Independentes	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
13. Governança e Controles		
13.2	Deliberações do TCU e CGU	Não houve deliberações a esta UJ
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

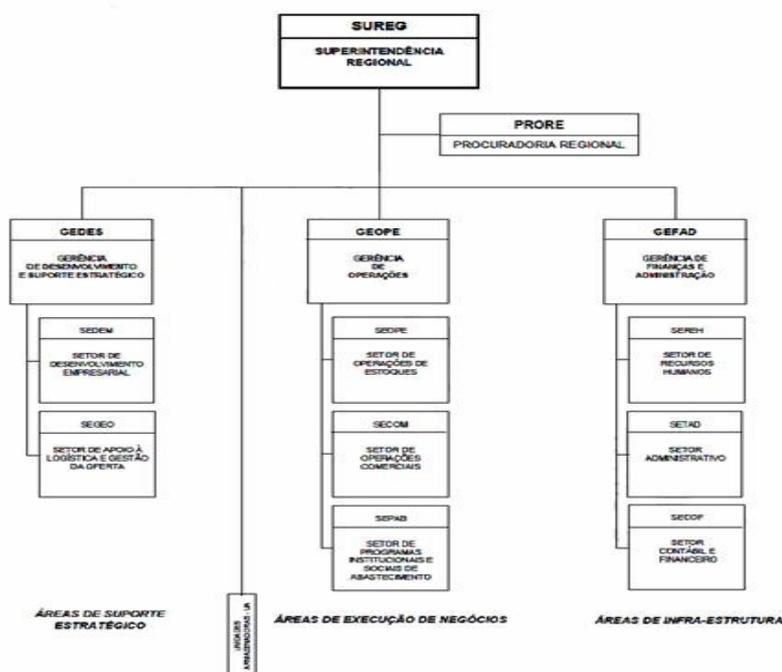
1.1. Informações gerais sobre a UJ

1.1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional de São Paulo			
Denominação abreviada: CONAB-SUREG/SP			
Código SIORG: 087333	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 135325	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		Código CNAE: 84.11-6-00	CNPJ: 26461699/0001-80
Principal Atividade: Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou insumos			
Telefones/Fax contato:	dePABX (11) 3264.4800	Fax (11) 3264.4833	Fax (11) 3833.9638
Endereço eletrônico: sp.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Alameda Campinas nº 433 – Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP 01404-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurídica			
Normas de criação e alteração da Unidade Gestora			
A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social (1ª versão) aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, publicado no DOU em 31/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. O Estatuto Social da Companhia encontra-se em sua 9ª Versão, tendo sido alterado pelos seguintes decretos: 2ª Versão – Decreto 369, de 19/12/1991, publicado no DOU em 20/12/1991; 3ª Versão – Decreto s/nº, de 03/07/1995, publicado no DOU em 04/07/1995, 4ª Versão – Decreto 1.816, de 09/02/1996, publicado no DOU em 09/02/1996; 5ª Versão – Decreto s/nº, de 19/12/1996, publicado no DOU em 20/12/1996; 6ª Versão – Decreto 2.390, de 19/11/1997, publicado no DOU em 21/11/1997; 7ª Versão – Decreto 3.336, de 13/01/2000, publicado no DOU em 14/01/2000; 8ª versão – Decreto 4.514, de 13/12/2002, publicado no DOU em 16/12/2002; 9ª Versão – Decreto 6.407, de 24/03/2008, publicado no DOU em 25/03/2008.			
Outras normas legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.973/2000 - Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas ; Decreto nº 3.855/2001 - Regulamentação da Lei nº 9.973/2000 e Decreto-Lei nº 1.102/1903			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab – MOC e Normas da Organização – NOC			
Unidades gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
135325	Sede da Sureg		
135331	Unidade Armazenadora de Bauru		
135330	Unidade Armazenadora da Moóca		
135332	Unidade de Comercialização de São Paulo		

135486	Unidade Armazenadora de Carapicuíba
135487	Unidade Armazenadora de Garça
135531	Unidade Armazenadora de Bernardino de Campos
135326	Estoque Estratégico
135327	Estoque Regulador
135443	Mercado de Opção
135555	PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135325	22211
135326	22211
135330	22211
135332	22211
135327	22211
135331	22211
135443	22211
135486	22211
135487	22211
135531	22211
135555	22211

1.1.2 - Estrutura Organizacional



1.1.3 - Principais Responsáveis

1.1. Principais Gestores da Sede Regional

LOTAÇÃO			PERÍODO
01	Alfredo Luiz Brienza Coli	SUREG	de 23/03/2009 a 31/12/2012
02	Cláudio R. de S. Penteado	GEFAD	de 09/06/2010 a 31/12/2012
03	Luiz Alberto Martins	GEDES	de 06/11/2006 a 31/12/2012
04	Nivaldo Aparecido Maia	GEOPE	de 15/08/2005 a 31/12/2012
05	Renata de Moraes Vicente	PRORE	de 05/12/2007 a 31/12/2012
06	Euclides Francisco	UA. Carapicuíba	de 03/03/2003 a 31/12/2012
07	Filomena P. Della Rovere	UA. Bauru	de 19/03/2003 a 31/12/2012
08	Manoel Medeiros	UA. Garça	de 23/11/2006 a 31/12/2012
09	Valdinei de Oliveira	UA. Bernardino de Campos	de 15/02/2005 a 31/12/2012

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra

agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Comportamento do mercado agrícola

O Estado de São Paulo tem uma grande diversidade de produtos agrícolas, destacando-se entre eles as culturas abaixo:

Cana-de-açúcar

O Estado de São Paulo é o maior produtor, com 51,87% (4.419,46 mil hectares). A maior parte das usinas encerrou a moagem da temporada passada(2012), antes do período normal, o que deu à cana-de-açúcar um período maior de desenvolvimento para aquela safra. Apesar deste ganho, verificou-se no primeiro semestre, em função das adversidades climáticas no início do ano, um atraso no desenvolvimento das lavouras.

A melhora das condições climáticas, na segunda metade do ano, proporcionou uma boa recuperação da produtividades dos canaviais nas principais zonas produtoras da Região Centro-Sul.

As condições climáticas que influenciaram a safra 2012/13 estão divididas em dois períodos. Em 2011, nos meses de agosto e setembro, o período foi de precipitações abaixo da média em São Paulo, principal produtor com mais de 50% da área nacional cultivada com cana-de-açúcar, o que prejudicou o desenvolvimento e a brotação dos canaviais . Em 2012, o mesmo fato ocorreu nos meses de fevereiro e março, repetindo os efeitos do período anterior e atingindo a mesma região antes castigada. Nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro, as chuvas foram satisfatórias para os canaviais.

Açúcar

No mercado internacional, os preços subiram à medida que a oferta de açúcar do Brasil, no decorrer da safra 2011/2012, caiu, já que estimativas apontaram para uma queda nas exportações de açúcar do Brasil ,de 1,5 milhão de toneladas naquela safra, contra o volume registrado na safra 2010/2011. A China fez novas aquisições ainda na temporada – que foi até o final de setembro/12 – e já havia expectativa de aumento das importações de açúcar desse país, também para o ano seguinte. O volume giraria entre 2 e 3 milhões de toneladas, representando, no mínimo, aumento de 20% no volume de importações chinesas.

Etanol

O mercado nacional de veículos viveu uma situação tão positiva, que colocou o Brasil na desconfortável posição de ser um grande produtor global de etanol, sem conseguir ter o bastante para atender a própria demanda. Enquanto as vendas de veículos bicombustíveis cresceram 21,7% entre 2008 e 2010, a produção de etanol no Brasil, entre a safra 2008/2009 e a de 2011/2012, caiu mais de 12%, com a revisão da safra no Centro-Sul brasileiro, devido a problemas climáticos e baixos investimentos na renovação dos canaviais. A estimativa de produção de etanol do Centro-Sul, nessa safra (2012), foi de 22,5 bilhões de litros. A região representou 90% da safra de cana do Brasil. O impacto do gargalo criado por uma frota de veículos bicombustível, que cresceu perto de 3 milhões de unidades naquele ano, também colocou mais pressão no governo para conter a inflação, que estava próxima do teto definido pelo Banco Central. O descompasso entre oferta e demanda de etanol persistirá até pelo menos 2015

Café

O estímulo propiciado pela elevação nas cotações, ocorrido no segundo semestre de 2011, fez avançar o plantio de novas áreas que totalizou nesse levantamento final 17.525 hectares cultivados, significando incremento de 3,3%, ou 5.599 hectares, frente ao levantamento final de 2010/11. Os números contabilizados confirmaram tendência já observada de recomposição da cafeicultura paulista em patamar de maior eficiência técnico produtiva e de qualidade.

Entre os levantamentos subjetivos de agosto/12, constatou-se o incremento de 142,5 mil sacas na produção paulista, quantidade essa, bastante concentrada no cinturão cafeeiro de Franca. Tal variação representou elevação de 2,7%, em relação à expectativa de colheita anterior, e deveu-se, fundamentalmente, à melhoria da renda de benefício decorrente dos maiores investimentos e nutrição das plantas efetuados pelos cafeicultores e da boa distribuição de chuvas que ocorreram ao longo de todo o primeiro semestre que garantiu satisfatório pegamento e enchimento dos frutos.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o direcionamento dos recursos do Orçamento Geral da União para o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para linhas de financiamento do café safra 2012. Outra medida instituiu linhas de créditos para financiar o capital de giro para indústrias torrefadoras de café. Foram destinados recursos de até R\$500 milhões para as operações de custeio, até R\$900 milhões para estocagem, até R\$250 milhões para Financiamento para Aquisição do Café (FAC) e até R\$50 milhões para financiamento de contratos de opções e de operações em mercados futuros. Para a recuperação de cafezais danificados, as operações de financiamento tiveram um limite de R\$40 milhões. As resoluções do Conselho incluíram uma linha extraordinária de até R\$100 milhões para a composição de dívidas decorrentes de financiamento à produção de café.

Laranja

A produção paulista de laranja para a safra 2011/12, foi estimada em 355,3 milhões de caixas de 40,8 kg, volume 7,7% inferior ao obtido na safra anterior, principalmente por conta de fatores climáticos, como a baixa precipitação na época do pegamento, o que reduziu a quantidade de frutos por planta da primeira florada. Outro motivo bastante significativo foi a maior incidência de doenças que acometeu os pomares, como a pinta-preta, o cancro cítrico e o *greening*, provocados tanto pelos fatores climáticos ocorridos no início de 2012 como pela falta de investimento nos tratamentos culturais, pois os produtores se preocuparam com o escoamento da safra. Esta situação comprometeu parcialmente o desenvolvimento da próxima temporada, já que o caixa do citricultor foi utilizado basicamente para desembolsos com a colheita, sobrando pouco para tratamentos culturais, como tem apontado o setor citrícola. O volume informado acima incluiu tanto as frutas comerciais

como os frutos provenientes de pomares não expressivos economicamente e as perdas relativas ao processo produtivo e à colheita. Nesta estimativa final da safra, a área total plantada foi estimada em 541,36 mil hectares (5,0% inferior que a plantada na safra passada), sendo 481,9 mil hectares de pomares em produção. Para essa safra a produção média por hectare foi similar à da safra passada, que foi de 732 caixas de 40,8 kg por hectare.

Em janeiro passado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a manutenção até 28 de março de 2013 do preço mínimo de laranja da safra 2012 em R\$ 10,10 a caixa de 40,8 quilos. Na ocasião, o Ministério da Agricultura informou que a medida atenderia demanda dos produtores que, em virtude de questões climáticas e logísticas, tiveram a safra estendida mais que o previsto. Com a medida, o Ministério da Agricultura foi autorizado a aplicar R\$ 50 milhões na política de sustentação de preços da laranja.

Estratégia de atuação da Empresa

No Estado de São Paulo, são realizadas várias operações de apoio ao mercado agrícola, por meio dos instrumentos de regulação de renda e do abastecimento previstos na Política de Garantia de Preços Mínimos, tais como: VEP, PEP e, PEPRO, importantes na regulação do mercado ao longo dos anos-safras, com redução dos fatores de risco na comercialização de produtos agrícolas.

Além desses, também são importantes os instrumentos delineados no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, quais sejam:

- Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Doação Simultânea – CPR Doação
- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque

Com operação semelhante ao PEP, o PEPRO garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonerando o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Contratação de bens e serviços

A Sureg/SP encerrou o exercício de 2012 com 23(vinte) contratos administrativos de prestação de serviços e de fornecimento de mão-de-obra, visando a manutenção e o bom desempenho da Sureg e das unidades jurisdicionadas, conforme demonstrativos abaixo:

Quadro 1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

DEMONSTRATIVO DA MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA

Posição: 31/12/2013

Informações sobre os contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados								Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		F		M			P	C
							P	C	P	C	P	C	P	C			
2009	1	0	017/2009	07.447.264/0001-37	01/11/09	31/10/13									P	3	3
2012	1	0	006/2012	07.447.264/0001-37	10/04/12	09/04/14									P	3	3
2012	1	0	005/2012	11.107.458/0001-60	30/03/12	29/03/14									P	5	5
2009	12	0	006/2009	04.999.840/0001-60	04/05/09	03/05/13									P	6	6
2008	12	0	007/2008	06.888.220/0001-80	13/06/08	12/06/13									P	1	1
2008	12	0	003/2008	08.604.419/0001-64	14/04/08	13/04/13									P	2	2

Legenda: Área: (L) limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial
 Nível de escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado
 Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; © Efetivamente Contratada.

Fonte: Conab/Sureg/SP/Gefad

Quadro 2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

DEMONSTRATIVO DA MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA - SERVIÇOS

Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	2	0	08/2012	37.287.521/0001-81	09/05/12	08/05/13								A
2009	1	0	017/2012	07.447.264/0001-37	01/11/09	31/10/13								P
2012	1	0	06/2012	07.447.264/0001-37	10/04/12	09/04/14								P
2012	1	0	05/2012	11.107.458/0001-60	30/03/12	29/03/14								P
2008	12	0	24/2008	61.567.590/0001-23	02/12/08	01/12/13								P
2012	12	0	03/2012	11.385.969/0001-44	25/05/12	24/05/13								A
2008	12	0	25/2008	66.489.899/0001-66	10/12/08	09/12/13								P
2010	2	0	04/2010	00.920.881/0001-69	05/10/10	04/10/13								P
2009	12	0	06/2009	04.999.840/0001-60	04/05/09	03/05/13								P
2012	12	0	02/2012	13.054.395/0001-57	24/02/12	23/02/14								P
2008	12	0	07/2008	06.888.220/0001-27	13/06/08	13/06/13								P
2010	6	0	13/2010	69.145.761/0001-38	29/12/10	28/12/13								P
2008	12	0	03/2008	08.604.419/0001-64	14/04/08	13/04/13								P
2011	12	0	01/2011	43.147.784/0001-98	29/04/11	28/04/13								P
2012	12	0	22/2012	54.699.962/0001-00	30/03/12	29/03/14								P
2011	12	0	22/2011	05.451.421/0001-52	30/12/11	29/12/12								E
2011	12	0	23/2011	05.451.421/0001-52	31/12/11	30/12/12								E

Observações:

Legenda: **Área:**
 1. Segurança
 2. Transportes
 3. Informática
 4. Copeiragem
 5. Recepção
 6. repografia
 7. telecomunicações
 8. Manutenção de Bens móveis
 9. Manutenção de bens imóveis
 10. Brigadistas
 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes
 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial
Níveis de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino superior
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo prorrogado; (E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores; (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Conab/Sureg/SP/Gefad

Todo processo licitatório para a contratação de bens e serviços é iniciado com a abertura de processo administrativo, contendo a autorização, a indicação do objeto e do recurso próprio para a despesa.

A seguir, é realizada uma pesquisa de mercado, com 3(três) orçamentos, no mínimo, para a posterior definição da modalidade de licitação em função das características do objeto a ser licitado e do valor estimado para a contratação.

Definida a modalidade, o pregoeiro ou a Comissão de Licitação elabora o edital de convocação, mediante o Termo de Referência elaborado pela área demandante.

Em 2012, foram realizados 12(doze) pregões eletrônicos, 2 (duas) cotações eletrônicas e 1 (um) convite, conforme demonstrativo a seguir;

Quadro 3 – Demonstrativo dos Processos Licitatórios

Demonstrativo dos Processos Licitatórios

Nº	Modalidade	Objeto	Valor (em R\$)		Resultado	
			Referência	Contratado	Em R\$	%
1	Pregão	Agente de Integração	6.624,00	6.192,00	432,00	6,52
2	Pregão	Cáculos Judiciais	18.600,00	14.949,00	3.651,00	19,6
3	Pregão	Vigilância da UA. Bern. Campos	208.775,16	203.668,02	5.107,14	2,45
4	Pregão	Locação de Veículos	74.664,00	72.600,00	2.064,00	2,76
5	Pregão	Bobinas Plásticas	40.920,00	14.298,00	26.622,00	65,1
6	Pregão	Fosfeto	37.329,60	26.739,25	10.590,35	28,4
7	Cot. Eletr.	Aparelhos de fax's e telefones	1.980,00	1.664,56	315,44	15,9
8	Pregão	Arquivos de aço	22.261,16	21.333,00	928,16	4,17
9	Pregão	Prateleiras de Aço	3.475,00	3.415,00	60,00	1,73
10	Pregão	Scanner	5.000,00	4.440,00	560,00	11,2
11	Convite	Confecção portões UA. Bauru	19.260,00	18.780,00	480,00	2,49
12	Pregão	Mesas p/ escritório	8.097,00	3.498,96	4.598,04	56,8
13	Pregão	Gaveteiros	4.764,20	2.315,00	2.449,20	51,4
14	Pregão	Cadeiras Giraórias	3.366,66	2.359,00	1.007,66	29,9
15	Pregão	Cadeiras Fixas	195,00	192,00	3,00	1,54
16	Pregão	Ventiladores de Mesa	69,60	69,00	0,60	0,86
17	Pregão	Armaários de aço	21.811,02	11.264,00	10.547,02	48,4
18	Pregão	Material de Expediente	21.694,33	10.545,03	11.149,30	51,4
19	Pregão	Material de Expediente	4.756,00	3.714,07	1.041,93	21,9
20	Cot. Eletr.	Embalagens, cap. Fardo F. Ades.	4.515,41	4.023,05	492,36	10,9
Total			508.158,14	426.058,94	82.099,20	16,2

Obs.: Pregão nº 19 foi para complementar a aquisição dos itens não adquiridos no Pregão nº 18.

Fonte: Conab/Sureg/SP/Gefad

Finalizando, podemos constatar que as licitações apresentaram uma economia de R\$ 82.099,20, que corresponde ao índice de 16,2%.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

O processo de pregão eletrônico requer profissional treinado, com capacitação adequada para a função. Os riscos são minimizados com uma documentação detalhada, desde a formulação do edital, ou seja, desde o início do processo, com especificações adequadas e seguindo as leis e decretos pertinentes. Quanto à tecnologia utilizada, a segurança vem através do token, sob a responsabilidade do SERPRO. Nos anos de 2013 e 2014, o objetivo é o aperfeiçoamento ainda maior, através de capacitação advinda de uma boa política de Gestão de Desempenho.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

Os serviços prestados pelas Unidades Armazenadoras da CONAB-SP são demandados pelo Governo, por médios e pequenos produtores rurais, por usinas de açúcar e outras empresas privadas. Os produtos armazenados são grãos, açúcar e produtos manufaturados/industrializados.

O volume da demanda e a clientela estão condicionados ao tipo de armazém existente (se convencional ou graneleiro) e, também, ao valor da tarifa de armazenagem oferecida e à flexibilidade de negociação dos gestores das Unidades Armazenadoras. O período de armazenagem é variável, pois depende do produto, da safra e da política de movimentação de estoque definida pela Conab/Matriz. No caso dos manufaturados, depende da procura exercida pelas empresas depositantes e de um pequeno grau de liberdade de negociação dos gestores.

O apoio à comercialização, por meio de formação de estoque (aquisição de produtos e subvenções), observa a demanda do mercado e as diretrizes emanadas da Conab/Matriz. A Superintendência Regional é uma unidade operacional e de execução das políticas públicas de abastecimento.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

a) Armazenagem

Os armazéns abaixo mencionados são graneleiros, credenciados, e prestam serviços de armazenagem à Conab.

Os armazéns gerenciados pela Conab-SP são convencionais, o que contrasta com a realidade de armazenagem de grãos que, atualmente, é quase toda granelizada. Por isso, verifica-se a necessidade de contratação de serviços de terceiros para armazenagem à granel.

Quadro 4 – Serviços Análogos aos da Conab

UF	Nome do Armazenador	CNPJ	Capacidade (toneladas)
	Cooperativa regional de cafeicultores em Guaxupe Ltda -Cooxupe	20770566006736	
	CNAGA-CIA NAC DE ARMS GERAIS ALFAND	71040653001467	409.604
	COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A	71550388000223	298.984
	CARGILL AGRÍCOLA S/A	60498706000157	240.034
SP	CAROL SODRU S.A	12006181001033	175.506
	COPLANA-COOP PLANT CANA DA ZONA DE GUARIBA	48662175001081	173.633
	ADM DO BRASIL LTDA	02003402000760	173.510
	COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A	71550388000142	156.695
	BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101013090	153.260
	TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A	04244527000112	152.860

Fonte: Conab/Sureg/SP

b) Comercialização

A atividade de comercialização desenvolvida pela SUREG-SP, com a observância de sustentação de preços e regularização do abastecimento, não tem, no setor privado, empresas análogas que prestam esse serviço.

c) Classificação

A Superintendência Regional de São Paulo, embora tenha classificadores no seu quadro de pessoal, não executa serviços de classificação de grãos.

A seguir, algumas empresas de São Paulo que prestam esse serviço, inclusive para a Conab:

CLAVESP-Classificação Vegetal de São de Paulo Ltda

ERCLAVE Ltda.

CLASP - Classificação e Análise Ltda

BM&F- Bolsa de Mercadorias e Futuros

PROQUALITY SERVIÇOS LTDA

TECLA - Tecnologia em Classificação Vegetal Ltda

Em 2012, a receita da Sureg/SP, relativa a armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados/industrializados foi R\$ 1,28 milhões, distribuídos em receitas de tarifa (R\$ 1,076 milhões) e sobretaxa (R\$ 205,06 mil). Esse valor foi 19,1% inferior à receita observada em 2011.

A queda de receita ocorre, em virtude de um descompasso entre a demanda por armazenagem - os principais grãos demandam armazenagem e comercialização à granel (silos/graneleiros) e o tipo de armazém disponibilizado pela Conab-SP, que é o convencional. Esse armazém atende aos produtos ensacados e à guarda de produtos manufaturados/industrializados.

Outro fator que dificulta a obtenção de receitas mais elevadas é a falta de equipamentos e a obsolescência dos existentes.

Vale ressaltar, ainda, a posição reativa do governo na negociação dos contratos. Dado a sua natureza, o governo possui pouca flexibilidade e agilidade nas negociações de seus contratos.

**Quadro 5 – Serviços que geram receitas próprias
Sureg SP-2012**

Serviço	Receita (R\$)	%
Vendas de Produtos e Mercadorias	6.307.159,84	82,66
Recebimento vendas balcao-MO	2.433.893,01	31,9
Recebimento vendas balcao-PGPM	3.565.484,92	46,73
Recebimento vendas estoque -Agri	235.766,91	3,09
Recebimento vendas estoque -Agric. Familiar	72.015,00	0,94
Prestação de Serviços	1.281.117,58	16,79
Tarifas Armazenagem	1.076.058,66	14,1
Tarifas da Garantia de Produtos AR	205.058,92	2,69
Deduções da receita de vendas e SE	41.529,36	0,54
Pasep	4.097,01	0,05
Cofins	18.871,03	0,25
ISS	18.561,32	0,24
Total de Serviços	7.629.806,78	100

Fonte: Conab/Sureg-SP/Gefad/Secof

Principais clientes, por produtos e serviços, dos setores público e privado

a) Nas operações de comercialização, a Sureg/SP não tem clientes do setor público.

b) Principais clientes do setor privado – comercialização

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
10.800.823/0001-55	DM DISTRIBUIDORA LTDA	FEIJÃO	150	114540
12.639.450/0001-85	VIP ALIMENTOS DO BRASIL LTDA	FEIJÃO	687	383790,59
73.562.126/0001-23	SCC COMÉRCIO ALIMENTOS	FEIJÃO	760	58033,6
07.031.371/0001-80	GUARATIBA IND. COM. CEREIAS	FEIJÃO	150	92895
31.804.115/0002-43	CEREAIS DO NICO LTDA	FEIJÃO	352	204784
00.948.721/0001-28	CORTESIA PROD. ALIMENTÍCIO LTDA	FEIJÃO	339	195264
08.216.200/0001-98	RONDON AGROPASTORIL LTDA	FEIJÃO	30	14400
02.957.104/0001-14	CORRECTA IND. COMÉRCIO LTDA	TRIGO	12145	6513837
84.046.101/0467-70	BUNGE ALIMENTOS S/A	TRIGO	18.000	9.831.000,00
07.191.228/0001-55	OURO SAFRA IND E COMÉRCIO	TRIGO	5.480	2.811.255,00

Fonte: Conab/Sureg-SP/Secom

No que se refere aos serviços de armazenagem, a Conab/SP é também fiel depositária dos estoques do governo. Os produtos, em 2012, foram grãos e café beneficiado em sacas. Os valores resultantes

desse serviço de armazenagem são denominados receitas não faturadas.

Os produtos industrializados, que geraram receita faturada, foram cadernos e papéis diversos; açúcar; polietileno em “pallets ou bags”, entre outros.

c) Principais clientes do setor público – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26461699023202	CONAB – PGPM		12.609	9.602.200,15
26461699035642	CONAB – C. OPÇÃO		10.494	53.152.211,26
26461699044048	CONAB – PAA		1.463	2.824.760,12

Fonte: Conab/Sureg/SP/Geope

d) Principais clientes do setor privado – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
01949444000130	MANIBOM ALIMENTOS LTDA		12.470	22.469.633,43
02846631000151	PIMEX AÇUCAR / ÁLCOOL LTDA		6.413	7.388.029,22
74679226000288	APOIO LOGISTICA/SERV.LTDA		5.300	4.282.292,70
60728029000205	ANACONDA IND.AGRIC. S/A		4.507	2.415.240,90
14707504000150	MR COM.ARMAZ.CEREAIS LTDA		3.000	1.555.000,00
06285120000169	EXTRAÇUCAR COM./TRANSP. LTDA		2.147	2.912.257,92
14234881000110	FUTURO CEREAIS LTDA		1.700	909.500,00
44990901000143	TILIBRA PROD. PAPEL.LTDA			

Fonte: Conab/Sureg/SP/Geope

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Laranja

A crise na citricultura paulista foi provocada por sucessivas safras com produção acima da capacidade de processamento das indústrias de suco. O mercado é capaz de absorver, em média, 247 milhões de caixas de laranja por ano e as lavouras produziram 365 milhões de caixas em 2012.

Nesse ano, a indústria não mostrava interesse em fechar contratos, pois os estoques estavam altos devido à produção das duas últimas safras de laranja. Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (Citrus BR), o estoque de suco de laranja no país era suficiente para um ano de consumo.

O impacto da crise projeta-se, de forma alarmante, para a próxima safra - os produtores paulistas estão desistindo da laranja, derrubando os pomares para dar lugar a outras culturas.

O preço mínimo (2012) estava fixado em R\$ 10,10 cx/40,8kg e, no mercado, preço de laranja posto indústria (fonte: IEA /SP), mostrou-se descendente no período:

preços – laranja indústria (caixa 40,8 kg)

31/01/2011: R\$ 16,50

29/12/2011: R\$ 10,50

31/01/2012: R\$ 10,50

29/12/2012: R\$ 6,60

O instrumento acionado pelo governo foi o Pepro- subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispusesse a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente no Estado.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda**3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF**

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Em 2012, não foram realizadas intervenções nos mercados de produtos agrícolas por meio de aquisição do Governo Federal – AGF.

3.2.2 - Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido por meio de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Em São Paulo, o PEP foi acionado para laranja e trigo. Para este último, foram ofertadas 30 mil toneladas, mas sem negociação.

Quadro 6 - Demonstrativo de Comercialização de PEP

Produto	UF Origem	Quantidade (t)		UF Destino	Valor Previsto da Subvenção (R\$)
		Ofertada	Negociada		
laranja	SP	1.700.000	337.100	ND	2.232.882,20
trigo		30.000	0		0
Total			337.100		2.232.882,20

laranja em cx de 40.8 Kg

Fonte: Conab/Dirab/Suope

Quadro 7 - Maiores Arrematantes das Operações de PEP de Laranja, por Valor da Operação (SP – 2012)

Ordem	CNPJ	Arrematante	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
1º	14.074.067.000.185	Comércio de Frutas Bombarda Ltda	Laranja in natura	125.237	834.939,81
2º	13.646.747.000.163	Colombo Citrus Ltda	Laranja in natura	115.940	769.791,20
3º	08.199.906.000.199	Citrus Aliança Comércio de Frutas Ltda	Laranja in natura	29.050	184.266,50
4º	13.823.707.000.140	F.J. Comercio Atacadista de Citrus Ltda	Laranja in natura	15.735	104.865,55
5º	03.799.500.000.123	Agro-Rio Transporte e Comércio Ltda	Laranja in natura	15.114	101.802,82
6º	54.422.423.000.129	Comércio de Frutas GI e Branco Ltda	Laranja in natura	15.000	98.550,00
7º	00.705.379.000.135	Cuca Comércio de Frutas e Transporte Ltda	Laranja in natura	13.014	85.229,82
8º	16.551.520.000.122	Wagner Rogério Mapeli	Laranja in natura	6.000	38.820,00
9º	12.392.399.000.182	Helder Henrique Sentinello	Laranja in natura	2.050	14.616,50
Total				337.140	2.232.882,20

Fonte: Conab/Dirab/Suope

3.2.3 - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa, que se dispõem a vender seus produtos, pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o Governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Em 2012, foram realizados pela Sureg/SP 10 Editais de Pepro de laranja, no período setembro a dezembro, nos quais foram ofertadas 33.200.000 caixas e negociadas 25.475.842 de caixas. A subvenção de R\$ 116.044.076,80 representou 81,7% do valor total previsto (R\$ 142.000.000,00).

Para o trigo, foram negociadas 55.600 toneladas, com subvenção de R\$ 3,39 milhões.

Quadro 8 - Demonstrativo de Comercialização de PEPRO -

Produto	UF de Origem	Quantidade		Valor Previsto da Subvenção(R\$)	Valor executado(R\$)
		Ofertada	Negociada		
Trigo (t)	SP	75.000	55.600	2.691.440,00	3.398.440,00
Laranja (cx 40,8kg)	SP	33.200.000	25.475.842	142.000.000,0	116.044.076,80

Fonte: Conab/Dirab/Suope e Conab/Sureg/SP/Geope

Quadro 9 - Dez Maiores Operações de PEPRO de laranja. São Paulo -2012

Ordem	Adquirente	CPF	Quantidade caixa Neg.	VI. Operação
1	DIRCEU LUIS BOVI	055.019.028-77	40.000	205.600,00
2	ELIANE CELIA PALIN BOTTER	112.482.788-95	40.000	205.600,00
3	GABRIEL JORGE JUNQUEIRA FRANCO	295.766.088-13	40.000	205.600,00
4	NEUSA MARIA GIRARDI FRANCO	020.059.178-93	40.000	205.600,00
5	RENATO DA COSTA NETO	314.690.228-18	40.000	205.600,00
6	WILLIAN HILDEBRAND	231.102.178-80	40.000	205.600,00
7	ALBERTO SADALLA FILHO	085.641.308-90	40.000	197.200,00
8	ARLINDO BORTOLLI	296.165.148-49	40.000	197.200,00
9	CARLOS ANDRE NETO	282.187.128-79	40.000	197.200,00
10	CARLOS APARECIDO ROVERE	039.507.648-01	40.000	197.200,00
Total			400.000	2.022.400,00

Fonte: Conab/Dirab/Suope

**Quadro 10 - Dez Maiores Operações de PEPRO de trigo
São Paulo-2012**

Ordem	Adquirente	CPF/CNPJ	Quantidade comprovada	VI. Operação
1	COOPERATIVA AGRO INDUSTRIAL HOLAMBRA	CNPJ: 60906724000120	7.114.434	464.572,54
2	COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA	CNPJ: 76108349001185	5.000.000	400.000,00
3	COOPERATIVA AGRO INDUSTRIAL HOLAMBRA	CNPJ: 60906724000120	3.634.666	237.343,69
4	COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA	CNPJ: 76108349001185	5.000.000	206.000,00
5	COOPERATIVA AGRO INDUSTRIAL HOLAMBRA	CNPJ: 60906724000120	1.500.000	120.000,00
6	COOPERATIVA AGRICOLA DE CAPAO BONITO	CNPJ: 00138631000171	1.600.000	104.480,00
7	COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA	CNPJ: 76108349001185	2.000.000	93.000,00
8	COOPERATIVA AGRO INDUSTRIAL HOLAMBRA	CNPJ: 60906724000120	1.134.000	90.720,00
9	COOPERATIVA AGRICOLA DE CAPAO BONITO	CNPJ: 00138631000171	1.000.000	80.000,00
10	CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	CNPJ: 78320397001320	1.000.000	65.300,00
Total			28.983.100	1.861.416

Fonte: Conab/Dirab/Suope

A decisão sobre intervenções no mercado e quais instrumentos serão utilizados, bem como a análise do impacto desses resultados, são de competência da Conab/Matriz e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA. Essas informações constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do Capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.4 - Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF, Formação de Estoques pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR Doação.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

A Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF garante, com base nos preços de referência, a compra, pelo Governo Federal, de produtos agropecuários dos produtores familiares formalmente organizados em cooperativas ou associações (MOC-Título 27).

**Quadro 11 – Aquisições por meio de CDAF (MDS e MDA)
São Paulo- 2012**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS					
	1	Farinha de mandioca	42	184,90	321.355,00
Subtotal	1	-	42	184,9	321.355,00
MDA					
Subtotal	-	-	-	0,0	-
Total	1	-	42	184,9	321.355,00

Fonte: Conab/Dipai/(SIGPAA)

A Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, em São Paulo, foi executada em 2012 com recursos do MDS. Em 2011, não foi formalizada operação de CDAF.

Os 42 produtores entregaram farinha de mandioca a apenas uma Entidade Proponente - Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal (CNPJ: 02.921.528/0001-29), do município de Teodoro Sampaio-SP. Os produtores, todos enquadrados na categoria Assentado da Reforma Agrária, localizaram-se no município de Euclides da Cunha Paulista e apenas um produtor foi de Rosana.

A modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação (MOC Título 30) consiste na compra, pelo governo, de produtos alimentícios de origem agropecuária e extrativista de agricultores familiares, representados por suas cooperativas/associações, para doação simultânea à população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

**Quadro 12 – Aquisições por meio da CPR-Doação Simultânea (MDS e MDA)
São Paulo - 2012**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS					
	307	verduras/legumes, frutas,	13.494	45.283,15	57.742.246,40
		Leite e derivados, carne,			
		pescado			
Subtotal	307	-	13.494	45.283,1	57.742.246,40
MDA	0		0	0	0
Subtotal	-	-	-	0,0	-
Total	307	-	13.494	45.283,1	57.742.246,40

Fonte: Conab/Dipai (SIGPAA)

A Doação Simultânea, em 2012, foi operacionalizada pela Sureg-SP, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS.

O número de municípios atendidos por essa modalidade do PAA refere-se à localização dos produtores.

Os dez principais produtos contratados, em ordem decrescente de valor, foram banana, alface, abóbora, tomate, raiz de mandioca, rúcula, feijão, quiabo, vagem, abobrinha, que responderam por 42,6% do valor total em 2012.

Essa modalidade do PAA foi contratada por 263 cooperativas/associações e registrou 2.455.608 atendimentos à parcela da população em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Do total de produtores atendidos (13.494), 49,8% eram agricultores familiares; 47,4% eram assentados; 2,6% eram quilombolas e 0,1% agroextrativista e 0,1% pescador artesanal.

Segundo a distribuição por gênero, 31,7% eram do gênero feminino e 68,3%, masculino. Esforços foram envidados e contribuíram para a aproximação da meta estabelecida pela Resolução 44, de 16.08.2011, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - MDS, de contemplar pelo menos 40% de mulheres produtoras, nos programas CPR-Doação Simultânea. Na modalidade Formação de Estoque, a meta é de 30%.

Em relação ao ano anterior-2011, o aumento no volume de recursos foi de 23%. Concorreram para esse acréscimo, a maior disponibilidade de recursos para o programa, o aumento no limite por produtor e a maior demanda ensejada por produtores e suas cooperativas/associações, de participação nessa modalidade do PAA.

A modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque) consiste em financiar o carregamento de estoque da produção oriunda de agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf (MOC Título 33).

Os contratos firmados com recursos do MDS são prioritariamente liquidados em produtos e os contratos com recursos do MDA são prioritariamente com liquidação financeira.

**Quadro 13 - Aquisições por meio de CPR-Estoque
São Paulo-2012**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS					
	111	11 produtos contemplados	3.898	4.306,59	11.648.075,78
		Grupos: grãos, frutas, produtos processados			
Subtotal	111	-	3.898	4.306,6	11.648.075,78
MDA					
	48	10 produtos contemplados	992	3.352,47	4.744.446,00
		Grupos: grãos, frutas, produtos processados, carne, derivados de leite			
Subtotal	48	-	992	3.352,5	4.744.446,00
Total	159	-	4.890	7.659,1	16.392.521,8

Fonte: Conab/Dipai (SIGPAA)

Em 2012, o total de recursos (MDA e MDS) foi R\$ 16,392 milhões, 237,9% acima do observado em 2011 (R\$ 4,851 milhões financiados apenas com recursos do MDA).

O número de municípios atendidos refere-se à localização dos produtores.

Com recursos do MDS, os produtos amparados, em ordem decrescente de valor foram: feijão, doce de banana, leite de vaca, mel, banana, farinha de mandioca, polpa de acerola, doce de leite, café, polpa de frutas, milho. Os dois primeiros responderam por 75,9% do valor total.

Com recursos do MDA, em ordem decrescente de valor: suco, queijo, feijão, doce de banana, milho, banana passa, polpa de maracujá, polpa de acerola, carne de frango, polpa de frutas. Os dois primeiros representaram 48,2% do valor total.

O total de recursos (MDS e MDA) para essa modalidade, por categoria de produtores, foi distribuído como se segue: 57,6% para assentados e 42,4% para agricultores familiares.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

As intervenções do governo por meio das diferentes modalidades do PAA impactam, em maior ou menor grau, o mercado e o ambiente de estruturação/desenvolvimento dos principais atores participantes do programa. Alguns impactos são específicos de uma modalidade e, por isso, estão marcados entre parênteses; os demais, são comuns a ambas modalidades- CPR Estoque e Doação Simultânea.

- Possibilita o carregamento de estoque, pelos produtores, à espera de melhor momento para comercializar o produto (CPR Estoque)
- maior experiência dos produtores em comercializar seus produtos;

- diversificação da produção (Doação Simultânea);
- maior aprendizado e experiência das cooperativas/associações ao participar de programas do governo - com elaboração e acompanhamento de projetos e conhecimentos de mercado;
- elevação da participação de mulheres produtoras nos programas do governo;
- ampliação da abrangência de atendimentos à população carente (Doação Simultânea);
- contribuição para a diversificação do consumo da população mais carente, com frutas e hortifrutigranjeiros (Doação Simultânea)

Fatores de risco

- Ausência de planejamento estratégico nos Ministérios envolvidos com o PAA (MDA e MDS) e na Conab.
- As Superintendências Regionais, unidades de execução, trabalham com horizonte de curto prazo e, por isso, enfrentam dificuldades para planejar as suas ações; para dimensionar o quadro de pessoal necessário à execução dos trabalhos, entre outras.
- Normativos desatualizados que regem as operações. Os normativos necessitam de atualização sistemática para evitar que novas instruções ou suas alterações sejam realizadas mediante Comunicados Internos.
- Déficit de equipamentos e de software para atender a operacionalização dos programas;
- Falta de treinamento dos funcionários;
- Falta de treinamento das Entidades (cooperativas/associações) que formalizam os projetos. Entidade bem treinada para a elaboração de projetos, contribuiria para redução de erros na formalização via sistema e no envio de documentos.
- Exigência de poucas garantias, o que fragiliza a operacionalização do PAA.

Resultado financeiro geral

As modalidades do PAA, como Compra Direta e Doação Simultânea, não apresentam receita pois constituem-se em ações do Governo, de cunho social, que objetivam, por meio da distribuição de alimentos, contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país. A CPR Estoque é uma modalidade de financiamento, com recursos do MDA, que prioriza a liquidação financeira e contempla produtores específicos, com pouco acesso aos financiamentos bancários.

**Quadro 14 – Quantidades e recursos dispendidos por modalidade
São Paulo- 2012**

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	farinha de mandioca	184,90	321.355,00
	MDA	0	0,00	0,00
CPR Doação	MDS	diversos	4.528,31	57.742.246,40
	MDA	0	0,00	0,00
CPR Estoque	MDS	diversos	4.306,59	11.648.075,78
	MDA	diversos	3.352,47	4.744.446,00
Total MDS			9.019,81	69.711.677,18
Total MDA			3.352,47	4.744.446,00
Total Geral			12.372,27	74.456.123,18

Fonte: Conab/Dipai (SIGPAA)

Dez maiores operações em cada modalidade

Quadro 15 - Maior operação na CDAF

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDA	SP	0	-	-
MDS	SP	FARINHA MANDIOCA	185	321.355,00

Fonte: Conab/Dipai (SIGPAA)

**Quadro 16 – Dez maiores operações na CPR - Doação
São Paulo-2012**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	SP	diversos	835	951.750,00
MDS	SP	diversos	646	896.760,00
MDS	SP	diversos	661	812.054,50
MDS	SP	diversos	576	752.940,00
MDS	SP	diversos	564	714.870,00
MDS	SP	diversos	484	702.180,00
MDS	SP	diversos	364	697.500,00
MDS	SP	diversos	611	687.923,48
MDS	SP	diversos	543	680.979,31
MDS	SP	diversos	467	647.190,00
Subtotal				7.544.147,29

Fonte: Conab/Dipai/Supaf (SIGPAA)

Em 2012, foram contratados 319 (trezentos e dezenove) projetos na CPR Doação Simultânea. Os 10 (dez) maiores projetos totalizaram R\$ 7,54 milhões, 13% do valor total contratado. O valor médio dos projetos, em 2012, foi R\$ 181.000,00.

**Quadro 17 - Dez maiores operações na CPR-Estoque
São Paulo- 2012**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	SP	FEIJÃO	424	1.270.998,00
MDA	SP	SUCO		1.167.998,40
MDS	SP	DOCE DE BANANA	338	1.014.420,00
MDS	SP	FEIJÃO	320	959.898,00
MDA	SP	QUEIJO		900.000,00
MDS	SP	LEITE DE VACA	476	857.599,20
MDS	SP	FEIJÃO	246	739.437,00
MDS	SP	FEIJÃO	211	631.995,00
MDS	SP	FEIJÃO	192	575.859,00
MDS	SP	BANANA	76	472.000,00

Fonte: Conab/Dipai/Supaf (SIGPAA)

3.3. Principais indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho constituem-se em ferramentas de Gestão e os seus resultados são fundamentais para a tomada de decisão dentro de uma empresa.

As Superintendências Regionais da Conab, em um esforço conjunto com a Conab/Matriz, produziram uma cesta de indicadores de desempenho, de diferentes tipos, para medir produtividade, qualidade, impacto, entre outros.

Neste primeiro momento e, para apresentação no Relatório de Gestão 2012, foram selecionados alguns indicadores. Os demais serão calculados e apresentados posteriormente.

Indicadores de Desempenho – Comercialização

Nome do Indicador: Percentual de produtores atendidos pelo Pepro de laranja em relação ao total de produtores de laranja		2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: identificar o alcance do instrumento de comercialização.	7,14	0	0
Análise do Resultado: Operações de Pepro de laranja -apenas em 2012. Os leilões ocorreram no período setembro a dezembro.				
Nome do Indicador: Número médio de documentos comprobatórios na subvenção de Pepro de laranja, conferidos por dia		2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Verificar o volume de documentos conferidos por dia.	41,1	0	0
Análise do Resultado: Operações de Pepro de laranja -apenas em 2012. Os leilões ocorreram no período setembro a dezembro. Elevada concentração de documentos no período.				

Indicadores de Desempenho – PAA

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados		2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: monitorar a aprovação de projetos da modalidade Doação Simultânea com valores elevados (acima de R\$ 250 mil)	20,9	21,8	23,2
Análise do Resultado: orientação, em 2012, para o não atingimento do teto de R\$ 8.000,00 nos primeiros projetos das entidades proponentes. Projetos menores têm apresentado gestão mais eficiente.				

Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA		2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da Doação Simultânea quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda.	44,0	46,3	46,9
Análise do Resultado: piora do indicador em 2012 foi causada pelo resultado obtido na Doação Simultânea- sob análise. Na Formação de Estoque, em 2012, o crescimento foi de 7,5 pontos percentuais. Há orientação para priorizar o atendimento aos grupos A, B, A/C do Pronaf.				

2.1	Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pela Doação Simultânea	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da Doação Simultânea quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda.	42,9	46,0	47,7
	Análise do Resultado: Piora do indicador em 2012 causado pela Doação Simultânea, sob análise. Há orientação para priorizar o atendimento aos grupos A, B e A/C do Pronaf.			
2.2	Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pela Formação de Estoque	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da Doação Simultânea quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda.	54,4	46,9	49,5
	Análise do Resultado: indicador em consonância com a orientação para priorizar o atendimento aos grupos A, B e A/C do Pronaf.			
3	Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda.	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda.	43,6	45,6	46,7
	Análise do Resultado: piora do indicador em 2012 foi causada pelo resultado obtido na Doação Simultânea- sob análise.			
3.1	Nome do Indicador: Percentual de recursos da Doação Simultânea destinado ao atendimento de agricultores com menor renda.	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda.	42,9	46,0	47,0
	Análise do Resultado: há orientação para priorizar o atendimento aos grupos A, B e A/C do Pronaf. O resultado do indicador está sob análise.			
3.2	Nome do Indicador: Percentual de recursos da Formação de Estoque destinado ao atendimento de agricultores com menor renda.	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda.	46,2	46,0	47,0
	Análise do Resultado: indicador em consonância com a orientação para priorizar o atendimento aos grupos A, B e A/C do Pronaf.			
4	Nome do Indicador: Percentual de projetos da Doação Simultânea-PAA supervisionados em relação ao total de projetos em execução.	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da Supervisão dos projetos do PAA no Estado	3,76	0,00	0,00
	Análise do Resultado: Supervisão de 12 projetos em 2012. Nos dois anos anteriores foram efetuadas supervisões - informações não passíveis de tabulação.			

5	Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao total de municípios do Estado de SP	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a abrangência do PAA no Estado	48,8	40,2	20,2
	Análise do Resultado: expansão/abrangência do programa decorrente da maior divulgação; maior organização das entidades participantes; simbiose entre políticas alternativas (do governo federal, estadual e municipal); maior envolvimento de prefeituras.			
5.1	Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pela Doação Simultânea em relação ao total de municípios do Estado de SP	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a abrangência do PAA no Estado	47,6	39,1	19,4
	Análise do Resultado: expansão/abrangência do programa decorrente da maior divulgação; maior organização das entidades participantes; simbiose entre políticas alternativas (do governo federal, estadual e municipal); maior envolvimento de prefeituras.			
5.2	Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pela Formação de Estoque em relação ao total de municípios do Estado de SP	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a abrangência do PAA no Estado	24,7	7,6	5,3
	Análise do Resultado: expansão/abrangência do programa decorrente de maior divulgação; maior organização das entidades participantes.			
6	Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres produtoras contempladas em relação ao total de beneficiários do PAA.	33,0	24,5	25,3
	Análise do Resultado: esforço para cumprimento do disposto na Resolução 44, de 16/08/2011, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que determina a participação mínima de mulheres produtoras nas modalidades Doação Simultânea-DS e Formação de Estoque de 40% e 30%, respectivamente.			
6.1	Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pela Doação Simultânea	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres produtoras contempladas em relação ao total de beneficiários da Doação Simultânea,	31,7	24,7	26,1
	Análise do Resultado: esforço para cumprimento do disposto na Resolução 44, de 16/08/2011, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que determina a participação mínima de mulheres produtoras nas modalidades Doação Simultânea-DS e Formação de Estoque de 40% e 30%, respectivamente.			
6.2	Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pela Formação de Estoque	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres produtoras contempladas em relação ao total de beneficiários da Formação de Estoque	36,6	23,6	25,1
	Análise do Resultado: esforço para cumprimento do disposto na Resolução 44, de 16/08/2011, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que determina a participação mínima de mulheres produtoras nas modalidades Doação Simultânea-DS e Formação de Estoque de 40% e 30%, respectivamente.			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

Os produtos agrícolas, objetos de intervenção do Governo, foram feijão, trigo e milho.

Feijão

A cultura do feijão vem apresentando oscilações nos últimos anos. No período de estabelecimento e do ciclo produtivo do feijão primeira safra, a instabilidade dos preços, a baixa liquidez e os problemas climáticos, fizeram os produtores migrar parte da lavoura para outros cultivos, como o milho e a soja.

Além dos preços e clima, outro fator tem contribuído para a redução da oferta: o crescente avanço do plantio de cana-de-açúcar no interior paulista, que está ocupando áreas tradicionalmente destinadas ao feijão.

Nos últimos dois anos em São Paulo, a cana-de-açúcar passou a ocupar, em média, 100 mil hectares que anteriormente eram destinados ao plantio de feijão.

Preço mínimo (2012): R\$ 72,00 sca/60kg

Preços de mercado: R\$ 157,26 /sc 60 kg (mês 01) a R\$ 181,65/sc 60kg (mês 12).

Fonte: IEA/SP

Instrumento acionado pelo governo: vendas em leilão

Trigo

O Estado de São Paulo é responsável por apenas 2% da produção de trigo do país. Mas, nos últimos anos, os agricultores estão investindo na cultura. Todo trigo produzido no Estado de São Paulo encontra-se entre as regiões Oeste e Sudoeste.

O produtor paulista mostrou-se otimista com os preços pagos ao trigo, no decorrer de 2012. Já ao final daquele ano, o preço girava em torno de R\$ 550,00 na maioria dos municípios produtores.

A produção brasileira de trigo vem sofrendo sucessivas frustrações no momento de ser comercializada, em virtude da indústria preferir o produto importado, devido à valorização do real. Além da questão do câmbio, outro fator que tem dificultado a comercialização do trigo nacional: a qualidade do produto.

Preço Mínimo (2012): R\$ 413,00 /tonelada

Preços de mercado: R\$ 423 /tonelada (mês 01) a R\$ 600/tonelada (mês 12). Fonte: IEA/SP

Instrumento utilizado: Venda em leilão.

Milho

No decorrer de 2012, o milho apresentou uma certa estabilidade nas cotações, sem novos fundamentos que proporcionassem fortes baixas, pois o mercado continuou trabalhando dentro do patamar já esperado, tendo como principal fundamento o balanço de oferta e demanda mundial do grão, dando sustentação aos preços.

Os baixos estoques norte-americanos têm sido um colaborador para o deslocamento da demanda internacional para outros países, o que pesou bastante nos preços da Bolsa em 2012.

Além disso, as notícias sobre o clima frio e úmido no Cinturão do Milho dos Estados Unidos, atrasaram o plantio do cereal, bem como o ritmo mais lento das exportações norte-americanas, permitiram manter os preços do curto prazo sem o forte viés de baixa das cotações no médio e longo prazo.

Preço mínimo (2011/2012): R\$ 17,46 sc/60kg

Preços de mercado: R\$ 26,64/sc 60kg (mês 01); R\$ 20,43 (mês 06); R\$ 27,05 (mês 10). Fonte: IEA/SP

Instrumento acionado: venda em leilão e Venda em Balcão..

Os critérios adotados para definir a intervenção nos mercados desses produtos e quais os instrumentos a serem utilizados foram estabelecidos pela Conab/Matriz e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Venda em Leilão Público

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 18 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação s/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
trigo	MDA	480,2	480,2	235.766,91
	AGF	51.766,7	51.766,7	27.812.558,00
	Opções	10.045,0	10.045,0	5.388.387,00
trigo		62.291,9	62.291,9	33.436.711,9
milho	Opções	411,0	411,0	146.552,40
feijão	PGPM	1.860,0	1.860,0	1.121.176,70
café	PGPM	23,8	23,8	165.073,63
Total		64.586,7	64.586,6	34.869.514,64

Fonte: Conab/Sureg-SP/Geope/Scope

Quadro 19 – Maiores operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
		trigo grãos	31.840,8	17.645.994,00
		trigo grãos	21.478,5	11.558.474,00
		feijão cores	3.854,9	2.545.976,20
		trigo grãos	3.968,6	2.061.938,35
		trigo grãos	1.224,4	633.919,45
Total			62.367,2	34.446.302,0

Fonte: Dirab/Suope

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Quadro 20 - Volume físico e financeiro por tipo de produto São Paulo-2012

Produto	UF de Origem	Quantidade (ton)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)
		Ofertada	Negociada	
milho	SP	Nd	185	74.000,00
Total		0	185	74.000,00

Fonte: Conab/Sureg/SP/Geope/Secom

A Sureg/SP, apesar do preço favorável, apresentou um volume pequeno de operações de Venda em Balcão. O produto ofertado foi milho para pequenos criadores.

Os fatores explicativos para o baixo desempenho desse instrumento foi o descompasso entre a localização dos estoques (Votuporanga e Buritama) e a localização dos produtores demandantes da Operação Venda em Balcão. Além disso, a safra é antiga e o valor do frete nem sempre compensa a busca do produto cuja venda se encontra limitada a apenas 27 (vinte e sete) toneladas.

Dez maiores operações na modalidade
Quadro 21 – Maiores operações de Vendas em Balcão

Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
Gustavo Masso Kuninari; Antônio Marcos de Oliveira; Charles Fawler; Paulo P. Filho.	milho	106	42.400,00
Gustavo Masso Kuninari; Charles Fawler;	milho	52	20.800,00
Gustavo Masso Kuninari	milho	27	10.800,00

Fonte: Conab/Sureg/SP/Geope/Secom

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A efetividade das intervenções do Governo, no mercado, é avaliada pela Conab/Matriz, que dispõe de técnicos especializados e de ferramentas para análise.

Dificuldades surgiram no decorrer da operacionalização dos instrumentos, principalmente de Pepro:

- 1) falta de conhecimento, por parte dos produtores das regras e dos documentos necessários à realização da operação.
- 2) Preparação para a execução da operação com antecedência ao lançamento do instrumento;
- 3) documentos comprobatórios ou indicativos da situação atual do produtor, como área, produção e outras informações de interesse da operação (cadastro de produtores).

Quadro 22 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

	Contrato de Opção		0,0	0,0
Subvenção	Leilões de PEP	0	0,0	
	Leilões de PEPRO	0	0,0	
Total das Aquisições e Subvenções			0,0	0,00
Venda	Venda em Leilão Público	Café, feijão, milho e trigo	64.586,7	34.869.514,64
	Venda em Balcão	milho	185,0	74.000,00
Subvenção				
Total das Vendas e Subvenção			64.771,7	34.943.514,64
Resultado Geral			64.771,7	34.943.514,64

Fonte: Conab/Sureg/SP/Geope/Secom

No Estado de São Paulo, foi pequena a intervenção do Governo Federal no mercado de produtos agrícolas. Em 2012, não se observou entrada de produtos para o estoque do Governo e as vendas foram efetuadas em leilão e venda em balcão.

As vendas de produtos do Governo, nas modalidades acima mencionadas, atenderam à demanda do mercado, conforme já relatado anteriormente no capítulo 3.

6. Prestação de serviços

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

No Estado de São Paulo, a oferta armazenadora (cadastrada) em 2012 era 13.173.419 toneladas, agrupada em 1.383 armazéns, dos quais apenas 76 (setenta e seis) estavam credenciados para trabalhar com estoques públicos.

Em 2012, a Sureg/SP manteve operações em 05 (cinco) unidades armazenadoras, com capacidade estática de 165.483 toneladas.

Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab, por produto, por classificação e por estado da Federação (saldo ao final do exercício)

Quadro 23 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Amendoim				1.441,5	2.758.105,92
Arroz				540,5	673.470,00
Cafê				2.961,8	17.956.110,00
Embalagens				1,1	4.095,00
Feijão				432,8	183.870,71
Milho				63,2	25.280,00
Outros Produtos Alimentícios				24,3	25.371,85
Produtos Industrializados/manufaturados				2.732,3	3.700.382,74
Soja				529,6	771.156,47
Total				8.727	26.097.843

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Os produtos armazenados, de modo geral, apresentaram bom estado de conservação e no decorrer de 2012, nenhum problema foi detectado.

Os gestores das Unidades Armazenadoras, pela própria natureza de serviço prestado por empresa pública, possuem pouca autonomia para negociação de tarifas, prazos e demais condições, ao contrário do que ocorre com os armazenadores privados.

Os produtos de terceiros ficaram, em média, armazenados por 6 (seis) meses.

Os armazéns da Sureg/SP não prestam serviços de processamento de produtos como: limpeza, secagem e outros.

O custo médio de armazenagem está contemplado na tabela de Indicadores de Desempenho..

Quadro 24 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	Valor	%
Receita de Serviços	1.281.117,58	1.313,56
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(41.529,36)	-42,58
=Receita líquida de vendas e serviços	1239588,22	1.270,98
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	0,00	0,00
=Lucro bruto operacional	1239588,22	1.270,98
-Despesas Operacionais	(15.947.078,16)	-16.350,93
Despesas de Pessoal	(11.664.550,75)	-11.959,95
Despesas Financeiras	0,00	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	(4.282.527,41)	-4.390,98
Receitas Operacionais Diversas	14.802.953,05	15.177,83
Resultado Não Operacional	2.067,00	2,12
Resultado	97.530,11	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

6.4. Principais Indicadores de Desempenho

1	Nome do Indicador: Custos dos serviços prestados de armazenagem em relação à receita	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar os custos na prestação de serviços com o objetivo de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos. Resultado inferior a 1 é lucro; superior a 1 é prejuízo.	0,49	0,68	0,71
	Análise do Resultado: melhoria da eficiência. Produto diferenciado (tipo de produto) armazenado implica despesa diferenciada no seu tratamento durante o período de armazenagem. Melhoria da eficiência gerencial embora as Unidades não tenham o profissional <i>gerente de negócios</i> . Outro fator que contribuiria para melhorar essa relação seria a maior utilização da capacidade instalada, o que não ocorreu no período.			

7. Administração de estoques públicos – armazenagem, fiscalização e movimentação

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

As instalações da rede armazenadora própria encontram-se em estado regular de conservação. As Unidades operam dentro das possibilidades de estruturas construídas há mais de 20 anos. Os equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado de grãos.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétricas e mecânicas).

As Unidades Armazenadoras de São Paulo, sob a gestão da Conab-Sureg SP, pertencem à

Secretaria de Patrimônio da União-SPU. Desde 2011, encontra-se em curso o processo de cessão de uso gratuito dos imóveis de Garça e Bauru.

A não formalização da situação desses armazéns constitui-se no maior impeditivo para as ações de investimento, nessas Unidades.

As Unidades Armazenadoras, além dos problemas acima mencionados, têm carência de pessoal qualificado para a realização de tarefas relacionadas à guarda e conservação dos produtos.

Os armazéns contratados pela Conab em 2012, graneleiros e convencionais, estavam em boas condições de uso e localizavam-se em pontos estratégicos de produção agrícola.

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 25 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
BAURU	2	76.260			76.260		
B.DE CAMPOS	1	33.900			33.900		
CARAPICUIBA	1	23.900			23.900		
GARÇA	1	28.130			28.130		
Total	5	162.190	0	0	162.190	50.294	31,0

Fonte: Sicarm

Algumas dificuldades foram enfrentadas na prestação dos serviços de armazenagem. Conforme já mencionado anteriormente, os armazéns sob a guarda da Sureg/SP são convencionais e a demanda por armazenagem é à granel. Esse descompasso tem acarretado baixos índices de ocupação, apesar dos esforços dos gestores em buscar propostas de ocupação dessas Unidades. Esses armazéns estão relativamente bem localizados (próximos às áreas de produção) porém, concentrados. A exceção à localização mencionada é a Unidade de Carapicuíba que se encontra na região metropolitana de São Paulo e tem a administração compartilhada. Essa Unidade tem buscado a sua adequação ao mercado local, armazenando produtos manufaturados/industrializados e auferindo receita por metro quadrado.

São muitos os armazéns privados localizados nas regiões em que se encontram as Unidades Armazenadoras da Conab/SP e que concorrem na prestação de serviços (Fonte: SICARM)

- região de Marília (Unidade de Garça): 48 armazéns cadastrados;
- região de Bauru (Unidade de Bauru): 17 armazéns cadastrados;
- região de Assis (Unidade de Bernardino de Campos): 155 armazéns cadastrados;
- região Metropolitana (Unidade de Carapicuíba): 141 armazéns cadastrados.

Quadro 26 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Unidade Armazenadora	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Bauru			
	Café	8.415,6	43.285.722,00
	trigo	865,4	467.423,00
	açúcar	116,0	177.284,00
	arroz	346,7	630.283,00
	farinha	68,6	115.295,00
	feijão	6,9	10.103,00
	laticínios	24,3	206.295,00
	óleos vegetais	102,5	307.269,00
	outros prod.aliment.	24,22	30.999,00
	outros prod.industrializados	0,55	14.490,00
	embalagens	3,13	14.226,00
total		9.974	45.259.389,00
Caranicuiba			
	café	502,15	2.552.170,20
	outros prod.industr/manuf.	1,59	40.551,42
Total		503,74	2.592.721,62
GARCA			
	café arábica	1.253	5.687.298,97
	Feijão	0,37	368,44
Total		1.252,87	5.687.667,41
Bernardino de Campos			
	café	301	1.522.758,19
	embalagens	0	368,44
Total		301	1.523.127
Total		12.031	55.062.905

Fonte: Conab/Dirab

A totalização da posição de estoque não contempla sacaria, cesta básica e produtos industrializados que se encontram em unidades de medidas diferenciadas.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados**Quadro 27 – Produtos Agrícolas (Estoque Público) Armazenados em Armazéns Contratados**

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Coop.Agron.Armaz. Votuporanga					15.092	6.327.806,81
PGPM/AGF	milho	em tipo			1.922	276.806,36
OPÇÕES	milho	em tipo			13.170	6.051.000,45
Cia Entrep. e Armaz Gerais SP					53	80.085,90
PGPM/AGF	feijão	-	X	-	11	19.227,62
PAA	feijão	-	X	-	42	60.858,28
Total					15.144	6.407.892,71

Fonte: Conab/Suarm (Sicarm)

A Sureg/SP trabalha com tabela de tarifas para produtos vinculados à PGPM e Estoques Estratégicos a serem pagas pela guarda e conservação de produtos em armazéns contratados. Essas tarifas são periodicamente reajustadas pela Matriz e situam-se abaixo das tarifas cobradas de armazenagem de produtos de terceiros em Unidades Próprias.

Esses produtos ficaram armazenados, em média, 3 (três) anos, em 2012.

A razão para a contratação de armazéns de terceiros reside na necessidade de armazenagem à granel, para os produtos que demandam esse tipo de armazenagem. Outro critério para a contratação desses armazéns é a sua localização. Em 2012, foi contratado um armazém convencional justificado pela sua localização estratégica para a guarda dos produtos.

A principal dificuldade enfrentada no período foi o descumprimento das normas contratuais no que se refere aos cuidados com os produtos.

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 (regulamenta a Lei de Armazenagem)

a) Principais problemas : Armazém convencional em descompasso com a demanda por armazenagem à granel; localização concentrada das Unidades Armazenadoras.

b) Demanda por manutenção: equipamentos e instalações obsoletos.

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios : zero. As despesas realizadas foram com custeio (material de consumo)

Quadro 28 – Despesas com Custeio realizadas nas Unidades Armazenadoras

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Restos a Pagar não Processado	
				Corrente	Capital
BAURU	Aquisição de bobina de lona plástica	7.149,00			
BAURU	Crédito orçamentário p/ aquisição de fime stretch	18.780,00			
GARÇA	Aquisição de lonas plástica transparente	3.574,50			
B. CAMPOS	Aquisição de lonas plástica transparente	3.574,50			
Total		33.078,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação, descritos na IN Mapa 12/2009**Quadro 29 – Armazéns Próprios da CONAB**

BAURU – SP			
Capacidade estática: 75.000	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Intermediária	
Obras	Custos	Obrigatoriedades	
Sanitário de Clientes e Pessoas com Deficiência	45.000	O4	
Sinalização de trânsito	2.000	O4	
Sistema de combate a incêndio	225.000	O4	
TOTAL	272.000		
BERNARDINO DE CAMPOS – SP			
Capacidade estática: 34.600	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras	Custos	Obrigatoriedades	
Sanitário de Clientes e Pessoas com Deficiência	45.000	O4	
Sinalização de trânsito	2.000	O3	
Sistema de combate a incêndio	225.000	O4	
TOTAL	272.000		
CARAPICUÍBA – SP			
Capacidade estática: 23.900	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras	Custos	Obrigatoriedades	
Sanitário de Clientes e Pessoas com Deficiência	45.000	O4	
Sinalização de trânsito	2.000	O4	
TOTAL	47.000		
GARÇA – SP			
Capacidade estática: 31.000	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras	Custos	Obrigatoriedades	
Sanitário de Clientes e Pessoas com Deficiência	45.000	O4	
Sinalização de trânsito	2.000	O3	
Sistema de combate a incêndio	225.000	O4	
TOTAL	272.000		

Fonte: Conab/Sureg/SP-Geope/Seope

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por estado

A capacidade estática dos armazéns cadastrados praticamente se manteve entre 2011 e 2012. Embora o número de armazéns graneleiros cadastrados seja 32,8% do total cadastrado, a capacidade de armazenagem representa 54,4% do total.

Em 2011, os grãos mais expressivos da safra do Estado de São Paulo ocupavam 58,9% da capacidade estática dos armazéns cadastrados. Esse grupo de produtos, para a safra 2012/2013, tem a produção estimada em 7.997,2 t, o que significa aumento de 7,5%. Mesmo com a manutenção da capacidade estática dos armazéns cadastrados, o volume desses produtos ocuparia apenas 63,3% da capacidade.

As aquisições de grãos e outros produtos agrícolas que porventura sejam demandados pelos programas sociais, não impactariam esse percentual de ocupação da capacidade estática, pois são produtos perecíveis (como arroz e feijão) e com giro mais alto de armazenagem.

Quadro 30 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

N.º UA	Armazéns Cadastrados			Produção – safra 2011/12		Demanda %
	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	
	Convencional	Granel	Total			
1.439	5.754,6	6.870,8	12.625,4	Algodão	39,2	58,9
				Amendoim	262,3	
				Arroz	82,2	
				Feijão	330,9	
				Mamona	0,8	
				Milho	4.901,2	
				Soja	1.597,6	
				Sorgo	76,2	
				Trigo	110,7	
				Triticale	36,0	
				Total Produção	7.437,1	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Ações de capacitação de mão-de-obra do setor armazenador

- Necessidade de Implementação de Novos Controles, tipo FEEDBACK do Participante e REDEFINIÇÃO do PÚBLICO ALVO BENEFICIADO com o treinamento;
- Regularização da Administrativa do CENTREINAR, Órgão responsável pela execução da Ação, por meio de Convênio CONAB e a FUNARBE;

Notas:

- A Regularização Administrativa do CENTREINAR já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos Representantes da CONAB e da UFV;
- A retomada da AÇÃO depende da Disponibilidade de Recursos, da Assinatura de Novo Convênio e da Implementação dos Controles.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Em 2012, os funcionários alocados em atividades de fiscalização de armazéns e de estoques públicos da Sureg-SP totalizaram 06 (seis) fiscais, dos quais 05 (cinco) lotados na área de fiscalização e 01 (um) em outra Gerência. Outros 05 (cinco) funcionários, não fiscais, auxiliaram em outras atividades da área.

A quantidade necessária para a área é de 8 (oito) fiscais. Justifica-se a necessidade de ampliação do quadro devido à intensificação da fiscalização das operações do PAA-Formação de Estoque e Doação Simultânea. Além desses programas, outros mais esporádicos mas, não menos intensos, demandam ações de fiscalização, como as operações de Pepro.

O remanejamento de fiscais entre Regionais ou da Matriz, para as Suregs, também é necessário, pelo volume de trabalho.

As ações de fiscalização, além dos critérios/parâmetros norteadores das regiões/armazéns a serem fiscalizados, programados no início do ano, ocorrem em função de suspeitas, averiguação de denúncias, entre outros.

Dificuldades de ordem operacional foram encontradas no decorrer do ano: nivelção de conhecimento entre as equipes de fiscalização, principalmente em equipes que migram de um estado para outro ou da Matriz para os estados; homogeneização dos procedimentos de investigação; veículos inadequados e ausência de equipamentos necessários à atividade de fiscalização.

Necessidade de orientação mais clara quanto às competências do fiscal.

Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais.

A divergência entre o estoque contábil e físico, em 2012, foi de 1.378,49 toneladas e referiu-se à perda em armazenagem. O armazenador efetuou a reposição do produto.

Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos

As perdas em armazenagem foram registradas em 06 (seis) ocorrências para 1.378,5 toneladas de milho, em Buritama. A ocorrência já foi solucionada.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

Não foram constatados desvios de produtos em 2012.

Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

Não houve armazém descredenciados no ano de 2012.

Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab

Os armazéns contratados pela Sureg-SP em 2012 encontravam-se em boas condições de uso. Os armazéns eram convencionais e graneleiros e em locais estratégicos de produção agrícola.

Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos

Não foram constatados desvios em 2012. Os valores ajuizados e recuperados em razão de perda de qualidade de produto totalizaram R\$ 5.914.577,93 e referiram-se a 13.284,78 toneladas de trigo.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Em 2012, a Sureg/SP efetuou uma remoção estadual de 369,326 toneladas de milho, da COBRAC-Cooperativa Agropecuária do Brasil Central, Araçatuba/SP para a COACAVO-Cooperativa do Agronegócio e Armazenagem de Votuporanga, Buritama/SP.

Esse produto refere-se a pagamento de dívida da COBRAC com a CONAB (Processos 1999.61.07.003775-6 e 2000.61.07.001177-2), 8ª parcela em 2012.

A remoção deveu-se ao fato que a COBRAC teve seu armazém descredenciado para operar com estoque público.

Quadro 31 – Demonstrativo das Remoções Contratadas

Demanda / Unid Armazenadora	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Removida (ton)	Valor do frete (Em R\$)
COACAVO	SP	milho	armazém descredenciado	369,326	86.163,76
Total				369	86.163,76

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

7.4.Principais Indicadores de Desempenho

1	Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios	0	0	0
	Análise do Resultado:O atendimento à solicitação isolada de cadastramento de unidades torna a operação onerosa. Os recursos foram direcionados ao atendimento de recadastramento. Número de solicitações efetuadas:13 solicitações (2012); 19 solicitações (2011); 20 solicitações (2010).			
2	Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.	79,99	91,45	90,38
	Análise do Resultado: o cumprimento da Lei de Certificação das Unidades Armazenadoras possibilitará a adequação dessas unidades às exigências de operar com os estoques do governo. A previsão de recadastramento para 2013 implicará melhorias nos indicadores de armazéns impedidos e cadastrados.			
3	Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	5,21	5,20	5,30
	Análise do Resultado: demanda por credenciamento é pequena e depende da opção do armazenador de operar com os estoques do governo.			
4	Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	32,08	39,50	34,21
	Análise do Resultado: baixa utilização da capacidade devido ao tipo de armazém que é convencional frente à demanda existente por graneiros. Estoque de grãos é baixo.			
5	Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	4,80	6,65	6,69
	Análise do Resultado: os produtos voltados para os programas sociais são as cestas básicas e estão depositadas na Unidade de Bauru.			
6	Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado	0,09	0,13	0,07
	Análise do Resultado: o estoque em 2012 foi bem inferior ao de 2011 e 2010. O custo por tonelada apresentou-se mais elevado.			
7	Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	0,00	0,00	0,00
	Análise do Resultado:não foram detectados desvios nos anos considerados.			
8	Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	4,00	0,12	0,00
	Análise do Resultado: Em 2012 foram detectados produtos com alterações de qualidade do estoque da PGPM (7.884,98 t) e Opção (5.396,8 t). Providências adotadas: abertura de processo contra a CNAGA e recebimento de pagamento do valor do produto depositado. Em 2011, apenas produto da PGPM - trigo. Em 2010: não ocorrência .			
9	Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos	16,35	5,34	1,46
	Análise do Resultado: em 2012 e 2011-remoção estadual de igual quantidade de produto 369,326 t. O custo mais elevado para 2012 deve-se ao tempo diferenciado de remoção em função do contrato de licitação de frete.			

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período, tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Análise Sureg/SP

A rede informatizada tem apresentado estabilidade no seu funcionamento, porém, com velocidade aquém do necessário.

Os equipamentos disponíveis são insuficientes. Em torno de 3% dos funcionários compartilham equipamentos, e 6% trabalham com equipamentos ultrapassados.

Não há contratos para a manutenção dos equipamentos. Todos os reparos são executados na própria SUREG. Eventualmente, quando há necessidades mais complexas os equipamentos são mandados para manutenção externa, obedecendo critérios de cotação de preço.

Levando-se em consideração o recebimento, por esta SUREG, de empregados de outros estados, o que aumentou nosso quadro original, deparamos com problemas de infraestrutura na rede de informática. Assim, hoje apontamos a necessidade de reestruturação e ampliação da mesma.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável- PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. Geração e Difusão de Informações

Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas

Em São Paulo, no ano de 2012, foram realizados (12) levantamentos de safra de grãos, sendo 06 no campo e 06 via telefone, 03 levantamentos de safra de café e 03 de cana-de-açúcar.

No levantamento de grãos houve um crescimento de 7,5% na produção total.

Embora a área cultivada tivesse sofrido uma redução de (- 1,3%) a produção subiu de 6.915,6 milhões/toneladas para 7.435,5 milhões/toneladas (+ 7,5%).

No café, o estado paulista produziu 5,35 milhões de sacas, com uma produtividade média de 30,59% sc/ha. A produção ficou em 72,2% superior à safra anterior (ciclo alto na bienalidade da cultura).

Na cultura da cana-de-açúcar, São Paulo é o maior produtor, respondendo por 51,87% (4.419,46 mil/ha), totalizando uma produção de 330.195,5 milhões/toneladas (crescimento de 8% em relação à safra passada).

Em relação aos custos de produção, a Sureg/SP realiza a pesquisa de 375 produtos, com periodicidade mensal, que são repassadas à Matriz, para atualização das mais diversas planilhas, as quais servirão como balizadores para programas governamentais, que irão nortear tomadas de decisões nas áreas consideradas mais críticas.

11. GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com menores aprendizes e estagiários (nível médio e superior), além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

11.1. Alocação de Servidores

A Sureg/SP executa suas atividades com uma estrutura de recursos humanos constituída de empregados das extintas Cibrazem, Cobal e CFP, formando um reduzido quadro de lotação heterogêneo e com culturas e direitos trabalhistas distintos, agravada em razão de que a maioria dos empregados está com faixa etária elevada.

Assim, com exceção de carreira especializada, enquanto não houver a renovação do quadro de pessoal da Superintendência, através de concurso público, a alocação funcional está sendo baseada nas tarefas desenvolvidas e nas experiências passadas, buscando adequar o perfil do empregado (formação, experiência, etc) com a com a área de atuação, conciliando assim os interesses organizacionais e pessoais.

No entanto, para melhorar a qualidade de seus serviços e, reconhecendo a importância do conhecimento e do talento de cada empregado, a Sureg investe nos conceitos e práticas presentes na gestão do conhecimento, onde o empregado contribui com sua experiência e o seu conhecimento de forma produtiva, buscando criar um ambiente adequado para que o conhecimento seja criado, organizado e compartilhado entre os demais empregados interessados.

11.2. Comunicação na Instituição

A Sureg/SP considera importante o sistema de comunicação interna e externa, sempre observando a forma e os aspectos básicos de comunicação, ou seja, o formal e o informal.

Assim, para que as informações cheguem de maneira correta e no tempo devido para a tomada de decisões, os gestores definem as formas pelas quais as atividades são desenvolvidas (métodos utilizados) e suas inter-relações (seqüências, dependências e tramitações), procurando adotar um nível que assegure que todos os objetivos e atividades sejam atingidos.

O sistema formal segue a estrutura da escala hierárquica da Sureg, sendo planejado e controlado em reuniões gerenciais, pelo fato de que muitas vezes tratam de comunicações que levam à ações, portanto, necessitam de acompanhamento e avaliação periódica.

No caso do informal, surge espontaneamente, nos eventos de conagração.

Seguindo, ainda, no âmbito da Regional, outro fator importante é a escolha dos meios de comunicação (canais) para atingir o público alvo, podendo ser através do informativo diário denominado “Notícia do Dia” (Nacional e o Regional) ou do correio eletrônico, pois ambos propiciam muita rapidez nas divulgações e com menos distorções nos processos de comunicação entre as pessoas.

Finalizando, os gestores da Sureg/SP entendem que os sistemas de comunicação interferem de uma

forma positiva sobre o clima organizacional, como também na imagem e na integração de vários setores, propiciando a divulgação de informações sobre o que acontece ao nosso redor e na Empresa.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

A Sureg/SP vem mantendo e cumprindo mensalmente o calendário de reuniões de Equipe-Lider, com as participações dos gestores da Regional e das Unidades Armazenadoras, com o objetivo de fortalecer a cultura participativa.

Nesses encontros periódicos, entre os vários assuntos abordados, são discutidos e avaliados os níveis de produtividade e o comprometimento dos empregados envolvidos em processos, inclusive para identificar fatores (diretos e indiretos) que influenciam na motivação ou desmotivação dessas pessoas. Decisões conjuntas são tomadas.

A interface entre a Associação dos Empregados e a Superintendência é extremamente positiva para o Clima Organizacional.

Em síntese, todas essas ações trazem um ambiente de confiança e respeito mútuo, onde existe a possibilidade de diálogo, exposição de idéias, incentivo ao aprendizado, dentro de instalações agradáveis e salubres.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Todo ano a Sureg envia à Matriz o “Programa de Educação Corporativa”, documento que tem por objetivo programar as atividades educativas que buscam o crescimento profissional dos empregados da Regional, subentendidas em treinamento, desenvolvimento e educação.

Quando da elaboração dessa programação, os gestores reúnem-se e identificam as necessidades, para juntos adotarem critérios que promovam a capacitação e a transferência do conhecimento organizacional. Assim, identificadas as áreas e os empregados, são definidos os meios de obtenção e transmissão dos conhecimentos, podendo ser através de cursos, treinamentos, congressos, seminários, apresentação de monografia, etc.

Tal procedimento organiza os principais processos e ferramentas gerenciais, para uma melhor compreensão dos processos de geração, identificação, validação e disseminação dos conhecimentos estratégicos, principalmente para gerar melhores resultados dos programas desenvolvidos pela Conab.

Na Sureg/SP, a disseminação também está presente em reuniões, nas conversas informais, nas exposições de práticas dos grupos e na troca de experiência das pessoas envolvidas em processos .

Nesse sentido, trimestralmente, os gerentes de áreas apresentam ao corpo funcional, as principais realizações da Sureg e das UA's jurisdicionadas, ocasião em que são dirimidas dúvidas e obtidas sugestões dos participantes.

Com objetivos compartilhados, a Associação dos Empregados – ASNAB e a SUREG/SP trazem palestrantes que possam transmitir bons conhecimentos aos empregados.

Quadro 32 – Capacitação de Servidores

Área de Conhecimento	Nº de Treinados	Homens/Horas
Administrativa	60	257:00:00
Auditoria	1	36:00:00
Comunicação Social	43	430:00:00
Educação e Desenvolvimento	1	120:00:00
Financeira	3	104:00:00
Gerencial	0	0:00:00
Informática	0	0:00:00
Jurídica	4	106:00:00
Operacional	2	32:00:00
Planejamento	6	140:00:00
Qualidade	0	0:00:00
Total	120	1225:00:00

Fonte: Conab/Matriz

Faz-se extremamente necessária a renovação do quadro de pessoal da Superintendência, através de concurso público e um PDV motivador.

Verifica-se que, no Exercício 2012, foram treinados 120 (cento e vinte) empregados, concentrando 50% na área administrativa e 35,8% na área de comunicação social (quadro acima).

11.5. Informações sobre Recursos Humanos da Conab

O quadro de Recursos Humanos da Sureg-SP é composto somente por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

No fim do exercício de 2012, a Sureg-SP contava com 87 empregados, totalizando a Sede/SP e as Unidades Armazenadoras.

Quadro 33 – Lotação nas Unidades Armazenadoras Próprias e Sede/SP

Posição: 31/12/2012

Lotação	nº de Empregados
Sureg	71
UA. Bauru	8
UA. garça	3
UA. Carapicuíba	3
UA. Bernardino de Campos	2
Total	87

Fonte: Conab/Sureg-SP/Gefad/Sereh

Quadro 34 – Força de Trabalho da UJ (Situação apurada em 31/12)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	87	1	0
1.1. Cargos de Carreira	-	87	1	0
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	0	0	0	0
2.2. Assessor	0	0	0	0
2.3. Requisitado	0		0	0
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há	0	0	0
4. Pensão Vitalícia	Não há	0	0	0
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		87	1	0

Fonte: Digep/Sugep

O quadro de pessoal da Sureg/SP encerrou o Exercício de 2012 com 87 (oitenta e sete) empregados. Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, o quadro teve aumento de 1 (um) empregado.

Destarte que o quadro é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, contando também com a colaboração de estagiários e menores aprendizes, além de terceirizados, para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

**Quadro 35 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ
Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	5
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	0
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	5
2. Afastamentos (2.1+2.2)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	0
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	0
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	0
4. Licença não Remunerada (particular)	0
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	5

Fonte: Digeop/Sugep

Quadro 36 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Este quadro demonstra que 23 (vinte e três) empregados desempenharam funções gratificadas na Sureg, todos em Cargo de Carreira, com 2 movimentações durante o exercício (ingressos e egressos).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	0	23	2	2
1.1. Empregado em Cargo de Carreira	0	23	2	2
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros	0	0	0	0
1.3. Empregado Requisitado	0	0	0	0
2. Total de Empregados com Função Gratificada	0	23	2	2

Fonte: Digeop/Sugep

**Quadro 37 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária
Situação em 31/12/2012**

Este quadro demonstra que a faixa etária entre 51 a 60 anos concentra 78,16%, seguida pela faixa de 41 a 50 anos com 18,39% do total do quadro funcional da Regional.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	1	14	35	12
1.1. Em Cargo de Carreira		1	14	35	12
2. Empregado em Função Gratificada	0	2	2	17	4
2.1. Cargos de Carreira		2	2	17	4
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)	0	0	0	0	0
2.3. Requisitado	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	3	16	52	16

Fonte: Digep/Sugep

Quadro 38 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

O perfil da estrutura de pessoal na Sureg/SP apresenta 29 (vinte e nove) técnicos de nível superior, índice que corresponde a 33,3% do total de empregados.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	5	3	3	4	2	27	0	11	6	0	0	0	1
1.1. Em Cargo de Carreira		5	3	3	4	2	27		11	6				1
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	1	1	12	0	10	1	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira	0	0	0	0	1	1	12	0	10	1	0	0	0	0
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Requisitado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	5	3	3	5	3	39	0	21	7	0	0	0	1

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Digep/Sugep

Composição do Quadro de Estagiários e Aprendizes

Compõem, ainda, o quadro de pessoal, menores aprendizes e estagiários de nível médio e superior, conforme quadros apresentados.

Quadro 39 - Composição do Quadro de Estagiários

Demonstrativo dos Estagiários

Posição: 31/12/2012

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	9	9	9	9	
1.1. Área Fim	5	5	5	5	
1.2. Área Meio	4	4	4	4	
2. Nível Médio	1	1	1	1	
2.1. Área Fim	0	0	0	0	
2.2. Área Meio	1	1	1	1	
3. Total (1+2)	10	10	10	10	

Fonte: Sureg/SP/Gefad/Sereh

Quadro 40 - Composição do Quadro de Aprendizes

Demonstrativo dos Menores Aprendizes

Posição em 31/12/2012

Área de Lotação	Nº de Vagas	Nome do Monitor	Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
SETAD	1	Estela maria Carneiro de Camargo	
SECOM	1	Nivaldo Aparecido Maia	
SEPAB	1	Nivaldo Aparecido Maia	
Total	3		20.870,11

Fonte: Sureg/SP/Gefad/Sereh

Custos associados à manutenção dos recursos humanos
Quadro 41 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2010	5.969.927,44	-	-	-	252.359,50	854.007,44	-	341.539,74	-	7.417.834,12
	2011	6.763.771,99	-	-	-	411.929,00	793.294,00	-	3.284,52	-	7.972.279,51
	2012	8.586.117,29	-	-	-	302.868,00	889.639,28	-	245.554,25	-	10.024.178,82
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	222.372,76	-	44.374,72	-	-	38.582,20	-	4.824,60	-	310.154,28
	2011	245.766,55	-	45.972,48	-	-	40.940,50	-	-	-	332.679,53
	2012	350.545,97	-	33.253,44	-	-	58.528,37	-	8.378,50	-	450.706,28
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	3.389.615,00	-	1.208.458,46	-	52.118,00	332.442,64	-	183.398,80	-	5.166.032,90
	2011	3.795.348,85	-	1.220.276,40	-	67.616,00	370.021,68	-	-	-	5.453.262,93
	2012	3.781.383,54	-	1.338.098,64	-	80.085,00	390.971,32	-	115.894,89	-	5.706.433,39
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digepl/sugep

O quadro acima demonstra que houve um aumento de 25,73% no total das despesas com servidores de carreira que não ocupam Cargo de Provisão em Comissão e 4,64% nas despesas com servidores ocupantes de Funções Gratificadas, em relação aos gastos do mesmo período do exercício de 2011.

Quanto aos servidores cedidos com ônus ou em licença, a variação corresponde a 35,48%, também em relação ao mesmo período de 2011.

Demonstrativo de Admissão e Demissão

Quadro 42 - Demonstrativo de Admissão e Demissão

Posição em 31/12/2012

REGIÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO			
		2012		TOTAIS	
		ADMISSÃO	DEMISSÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO
SUDESTE	SP	0	0	0	0
TOTAIS		0	0	0	0

FONTE: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

Nota-se que não ocorreu nenhuma admissão ou demissão no exercício de 2012.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Quadro 43 – Perspectiva de aposentadoria e estratégia de recomposição de pessoal

Tipologia do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1.Empregado de Cargo Efetivo	0	1	14	35	12
1.1. Em Cargo de Carreira		1	14	35	12
2.Empregado em Função Gratificada	0	2	2	17	4
2.1 Cargos de Carreira		2	2	17	4
2.2. Contrato Especial(Diretor, Assessor, Conselheiro)	0	0	0	0	0
2.3. Requisitado	0	0	0	0	0
3.Totais(1+2)	0	3	16	52	16

Fonte: Digep/Sugep
Conab/Sureg/Sp/Gefad

Na Sureg-SP existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria e/ou PDVI, pois 68 empregados estão na faixa acima de 51 anos, que corresponde ao índice de 78,16% do total do quadro de lotação.

Nesse contexto, 29 empregados estão trabalhando na condição de aposentados.

Indicadores de Desempenho – Recursos Humanos.

	Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	0,00	0,00	0,00
	Análise: O indicador contempla apenas as admissões e demissões de empregados concursados. Essa movimentação de empregados concursados não ocorreu em 2012 e nos dois imediatamente anteriores, na Sureg SP. Não houve concurso no período.			
	Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	109,20	96,30	101,27
	Análise: procedimentos de registro e envio de documentos para a Matriz estão sob avaliação. A Sureg-SP conta com a presença de um médico do trabalho na sua dependência, um dia no ano, com o objetivo de facilitar e melhor atender os funcionários.			
	Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
3	Objetivo do Indicador: demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
	Análise: em 2012 e nos dois anos anteriores não foram registrados acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na Sureg SP.			
	Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
4	Objetivo do Indicador: identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	33,33	30,86	0,00
	Análise: considerado a base de dados da Sureg SP e não o da Matriz. Dados, no momento, não disponíveis para 2010. Em 2012, a melhoria do indicador deveu-se ao aumento no número de empregados na Superintendência e aumento mais que proporcional do número de empregados com curso superior.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Inexiste na Sureg/SP registro de acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo se houvesse compatibilidade de horários.

Nesse contexto, em todo processo de entrada (admissão, anistia, etc.) o empregado assina um *Termo de Responsabilidade* dizendo que não exerce qualquer cargo ou emprego público na Administração Federal Direta, comprometendo-se a comunicar à Conab qualquer alteração que venha ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais para casos de acumulação de cargos

11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	
	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

A Sureg/SP conta com 36 Participantes Ativos, com valor médio de contribuição de R\$ 422.722,71, perfazendo 2,78% do total nacional.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012

A Sureg/SP conta com 36 Participantes Ativos, com valor médio das contribuições Patronais de R\$ 422.722,71, perfazendo 2,79% do total nacional.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

A Sureg/SP conta com 66 Participantes Assistidos, com valor pago em benefícios de R\$ 1.573.325,06, perfazendo 6,89% do total nacional.

Resultado financeiro do CIBRIUS

(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL		
Rentabilidade		
		No Mês
Rentabilidade		4,35%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%
Benchmark	IBr-X	5,05%
Resultado		
		No Mês
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução n.º 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 44 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	41.520	-	5.000.000,00	2.681.610,16
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	1	3	92.153,26	33.078,00
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	50	70	100.000,00	58.049,53
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	1.212	20	39.498,00	32.370,37
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	150.000,00	104.521,86
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponibil	-	-	0,00	3.150,53
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	3.400.000,00	3.355.217,11
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.500.000,00	2.100.591,64
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	220	211	350.000,00	348.717,98
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	70	78	50.000,00	47.369,45
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	86	87	505.000,00	507.037,24
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	130	120	30.000,00	25.088,60
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	180.000,00	167.543,36
			00H2 - Pqto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	228.500,00	228.186,06

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

Com referência à Formação de Estoque, a execução em relação ao previsto foi de 53,66%.

O valor executado referiu-se à despesa com carregamento de estoque.

No que se refere à Recuperação da Rede Própria, a execução em relação ao previsto foi de 35,8%, com despesas de custeio. O assunto já foi detalhado no item 7.1.

Em relação à Fiscalização de Estoques, a execução financeira em relação ao previsto foi de 58%, decorrente da posição de estoque armazenado.

Na ação Cadastro/Recadastramento de Armazéns, o valor executado referiu-se a recadastramento, pois não ocorreu cadastro de armazéns, em 2012.

Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3, 6 e 7

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

A recuperação dos armazéns está a cargo da Matriz, que tem um Plano de Investimento para a adequação dos armazéns próprios da Conab.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Quadro 45 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2014 (SPA-Mapa)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	84.512,35
2105 (MAPA)	2000 - Adm Unidade (safra café)	2.112.953,33
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	1.663.638,95
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	69.996.340,97
	2802 - Oper Aquisição alimentos	94.774,38
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	4.806.446,97
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	,00
2034 (Seppir-PR)	6440 - Desenvolvimento quilombo	4.018,95

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

20QU-Refere-se a despesas com viagens de fiscalização Seguro Rural

Programa 2069

Ação 2802 – Despesas realizadas com operacionalização do PAA(INSS, Armazenagem, classificação, etc)

Programa 2034

Ação 6440 – Materiais adquiridos para acondicionamento de produtos (fitas adesivas e capa de fardos).

Programa 2105

Ação 2000 – Despesas realizadas com operacionalização das Unidades Armazenadoras

2792- Refere-se a aquisição de cestas de alimentos para distribuição gratuita

2798- Refere-se aos projetos apropriados em 2012 com doação simultânea e formação de estoques MDS

2B81-Refere-se aos projetos apropriados em 2012 com formação de estoques MDA

Levantamento da Safra de Café

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013

A Conab tem a responsabilidade pelo levantamento de safras de café e laranja, de acordo com as orientações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Sua atividade se pauta nas determinações da Lei nº 8.171, de 17/01/1991, em seu artigo 30 e no Decreto nº 6.407, de 24/03/2008, em seu artigo 7º inc. IX, com o objetivo principal de obter informações com vistas a subsidiar o Governo Federal na gestão de políticas públicas, voltadas para o setor agrícola.

Carta de Acordo – CONAB/CATI

O objeto da presente carta de acordo é a execução, pela Cati, dos serviços descritos nos anexos I a IV deste instrumento, na esteira do resultado 3.2. Projeto Geosafras – Atividade 3.2.5 – Avaliação da Safra de Café, constante do documento do projeto BRA/03/034 CONAB/PNUD – Programa de Revitalização da Companhia Nacional de Abastecimento.

Levantamento da Safra de Café - SP

A estimativa final para a produção cafeeira no estado de São Paulo, indica um volume de 5.356,6 mil sacas do produto beneficiado, representando incremento de 72,2% frente ao da safra anterior de 3.111,5 mil sacas, com produtividade média de 30,59 sacas por hectare. O estímulo propiciado pela elevação nas cotações ocorrido no segundo semestre de 2011 fez avançar o plantio de novas áreas que totalizou nesse levantamento final 17.525 hectares cultivados, significando incremento de 3,3%, ou 5.599 hectares, frente ao levantamento final de 2010/11. Os números contabilizados confirmam tendência já observada de recomposição da cafeicultura paulista em patamar de maior eficiência técnico-produtiva e de qualidade.

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_20_16_01_51_boletimcafe_dezembro_2012.pdf

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

12.2. Restos a Pagar

Quadro 46 - Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados				
Ano	Inscritos (em R\$)	Cancelados (em R\$)	Pagos (em R\$)	a Pagar (em R\$)
2012	948.255,14	0,00	0,00	948.255,14
2011	2.514.316,73	950,00	2.513.366,73	0,00
2010	6.443.220,22	835.069,92	5.608.150,30	0,00
2009	4.543.476,35	0,00	4.543.476,35	0,00
2008	20.142.047,81	1.486,68	20.135.285,69	5.275,44
2007	116.055,05	15.935,90	100.119,15	0,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano	Inscritos (em R\$)	Cancelados (em R\$)	Pagos (em R\$)	a Pagar (em R\$)
2012	25.941.865,75	0,00	0,00	25.941.865,75
2011	13.738.261,81	71.906,33	13.664.355,48	2.000,00
2010	707.373,69	344.900,37	362.473,32	0,00
2009	37.114.584,29	6.256.922,65	30.857.661,64	0,00
2008	129.661,74	32.552,94	97.108,80	0,00
2007	82.846,00	0,00	82.846,00	0,00

fonte: Sureg/SP

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

a) Exercício de 2012

O valor de R\$ 948.255,14, inscrito em Restos a Pagar Processados, compõe-se da seguinte forma: R\$ 372.668,69 (39,30%) corresponde a despesas de custeio; R\$ 432.381, 85 (45,60%) corresponde a despesa com aquisição de cestas básicas e o restante R\$ 143.204,60 (15,10%), corresponde a despesa com armazenagem de produtos.

O valor de R\$ 25.941.865,75, inscrito em Restos a Pagar Não Processados, compõe-se da seguinte forma: R\$ 24.991.091,12 (96,33) corresponde a projetos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; R\$ 939.149,55 (3,62%) e o restante R\$ 11.625,08 (0,05%) corresponde a despesas de custeio.

b) Exercício de 2011.

O saldo de R\$ 2.000,00, inscrito em Restos a Pagar não Processados, corresponde às parcelas 03 e 04 vincendas, relativas ao acompanhamento técnico de plantio de mudas nativas da região na Unidade Armazenadora de Bauru.

Quadro 47 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	317.867,41		316917,41	950,00
2010				0,00
...				0,00
				0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	118005,77	370,36	115635,41	2000,00
2010				0,00
...				0,00
				0,00

Fonte: Diafi/Sucon

12.4 - Transferências mediante Convênio

a) Acordo de Cooperação nº 001/2010 (Portaria MDS nº 345, 21/12/2011)

Criar bancos de dados visando a integração do público da ADA (Ação de Distribuição de Alimentos de Grupos Populacionais Específicos) às demais políticas sociais do Governo Federal. Objetiva o encaminhamento da relação de beneficiários do Programa.

b) Termo de Cooperação entre a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial-PR e a CONAB. Processo nº 00041.000903/2012-56; TC nº 004/2012,29/08/2012

Tem por objetivo viabilizar embalagens e transporte para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

Não houve execução em 2012.

12.5 - Demonstrações Contábeis – vide Anexo I**12.7 - Gestão do Patrimônio Imobiliário**

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro 48 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
UF São Paulo			
São Paulo	3	3	
Araraquara	1	1	a) 1 casa na capital b) Os armazéns de Araraquara e Rio Claro estão cedidos às Prefeituras daqueles municípios. c) Os Entrepostos de Pesca de Santos e Cananéia estão cedidos ao Ministério da Pesca e Aquicultura.
Rio Claro	1	1	
Cananéia	1	1	
Santos	1	1	
Subtotal Brasil	7	7	
Subtotal Exterior	0	0	

Fonte: Diafi/Supad

13. Governança e Controles**13.1. Controle Interno da UJ**

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de Controle; b) Avaliação de Risco; c) Atividades de Controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 49 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de				x	

conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p>Análise Crítica:</p> <p>A estrutura física e pessoal da Regional não acompanhou o crescimento das atividades executadas, principalmente em relação aos Programas Governamentais. A ausência de um planejamento estratégico de longo prazo e as políticas recém-implantadas na Empresa, os quais apresentam falhas em seus processos internos, exigiram e ainda exigem aprimoramento.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Conab/Sureg/SP/Gestores

Resultados e Conclusões

Do exposto neste Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de São Paulo, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o Exercício, como já explicitado, decorreram da falta de estrutura física e pessoal da Sureg/SP, bem como da indefinição de recursos, para a realização de fiscalizações nos projetos sociais do Governo, executados pela CONAB.

Brasília, 31 de maio de 2013.

ANEXO I

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01
PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58

Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88

VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-) DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74

4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO ANTER							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO							69.521.861,53	0,00

PERÍODO								
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSP/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS
SANTOS**
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro
e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO
MELO**
Diretor de Operações e
Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK
ABDALLA**
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e
Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5
CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade

Superintendência de Contabilidade

Superintendente

Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado,

vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almoxxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na

modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada

na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e

2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em RS mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS,

lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Em R\$ mil

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Em R\$ mil

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro

Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução N° 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção

de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53